



HOMENAGEM A

Gilse Cosenza

Uma vida dedicada à defesa das mulheres,
da democracia, do Brasil e do socialismo

Fundação
Maurício
Grabois





Gilse só parou de lutar por um mundo mais justo quando a morte venceu sua resistência. Mas seu exemplo de vida inspira novas gerações a continuarem lutando contra as injustiças e arbitrariedades. Sua aparente fragilidade era apenas um disfarce de uma gigante lutadora.

Era a expressão de um aço em forma de flor. (KERISON LOPES)



EDIÇÃO
Adalberto Monteiro, Osvaldo Bertolino e Cláudio Gonzalez

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Cláudio Gonzalez

REVISÃO
Maria Lucília Ruy

SECRETARIA GRÁFICA
Zandra de Fátima Baptista

1ª edição
São Paulo, 2017



União Brasileira de Mulheres
Rua Barão de Itapetininga, 255 - 9º andar - sala 908
CEP 01042-001 - São Paulo-SP
Tel. (11) - 3105-8216
www.ubmulheres.org.br
<https://www.facebook.com/ubmnacional>
ubm@ubmulheres.org.br / ubmbrasil@gmail.com



Fundação Maurício Grabois
Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja – Centro
São Paulo – SP – CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337-1578
www.grabois.org.br
<https://www.facebook.com/portugalgrabois>
fmg@grabois.org.br



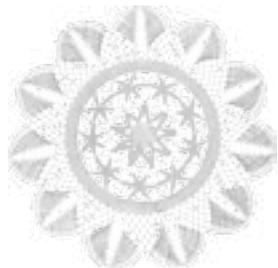
HOMENAGEM A GILSE COSENZA

Uma vida dedicada à defesa das mulheres,
da democracia, do Brasil e do socialismo



São Paulo
2017





SUMÁRIO

Apresentação <i>O amanhã que canta</i>	5
Relembrando Gilse, uma que não se dobrou Haroldo Lima	7
DEPOIMENTO: Gilse Maria Westin Cosenza Projeto Marcas da Memória da Comissão da Anistia	9
Gilse Cosenza, um aço em flor Kerison Lopes	22
Gilse, uma das Moças de Minas Luiz Manfredini	24
Gilse Cosenza: história viva do PCdoB Entrevista ao Vermelho/Ceará	31
Luto: Cearenses lamentam morte de Gilse Carolina Campos	38
Gilse Cosenza viverá para sempre em nossos corações Nota da União Brasileira de Mulheres (UBM)	41
Gilse – Bela, Revolucionária e de Luta Liège Rocha	42
A Doce Revolucionária Gilse Cosenza Luciana Santos	43
Imagens	45

Apresentação

O amanhã que canta

Uma lacuna nas fileiras comunistas sempre causa consternação. Nas atuais circunstâncias, em que o Brasil do golpe precisa de todas as forças democráticas, patrióticas e progressistas para buscar novos rumos, mais ainda. O vazio deixado por Gilse Cosenza, contudo, é relativizado e parcialmente ocupado por seu exemplo de dedicação à causa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma preciosa herança da sua incansável militância a favor das aspirações populares.

Gilse Westin Cosenza partiu no último dia 28 de maio de 2017, aos 73 anos, em Belo Horizonte, cidade onde morava. Não resistiu à uma cirurgia realizada dias antes para se tratar da recidiva de um câncer.

Gilse foi uma daquelas personagens consideradas imprescindíveis por ter lutado praticamente a vida toda. Ainda na tenra juventude abraçou o ideal de uma nova sociedade e se empenhou na sua realização. As condições eram duríssimas, com os generais e coronéis da ditadura militar iniciando a longa trajetória daquele regime que tinha como alvo prioritário exatamente os militantes com o perfil de Gilse.

Sua decidida resistência às bárbaras torturas

dos golpistas de 1964, bem descrita nas páginas a seguir, constitui um dos principais exemplos da sua conduta de comunista.

Nesta resistência, considerou como o momento mais feliz de sua vida o encontro, na prisão, com sua filha Juliana ainda bebê: Ao entrar no plenário do julgamento, conta que quase desmaiou ao ver no fundo do auditório sua pequena com nove meses, gordinha e corada, nos braços de sua irmã Gilda. Conseguindo alguns minutos para encontrá-la, assim descreve aquele momento: “Fiquei paralisada vendo minha filha engatinhar. Ela veio devagarzinho em minha direção, passou em meio às pernas do guarda, pôs uma das mãozinhas na bota dele, pegou na sua arma, olhou para cima, sorriu e chegou até a mim. Fiquei paralisada. O soldado tirou minhas algemas e pude ficar 15 minutos com Juliana. Foi maravilhoso pegá-la no colo, beijá-la. O guarda, bem próximo, nos olhando com a arma apontada para nós duas, como se representássemos algum perigo”.

Um mulher de fibra, de convicções inabaláveis, de contagiante espírito solidário e de abnegada militância nas organizações e entidades em que atuou. O espírito prático e a capacidade organizativa, forjados nas mais duras adversidades, fizeram de Gilse uma liderança destacada e reconhecida.



Conhecer sua história, aprender com seu exemplo e preservar sua memória se traduz em mais força para enfrentarmos as vicissitudes do momento. Gilse pertenceu a uma geração que deve ser sempre estudada por ter participado de uma das mais dramáticas páginas da história brasileira. Amadureceu com a luta. Cedo compreendeu o valor da teoria revolucionária e do desbravamento de caminhos para a superação da atual sociedade, evoluindo da militância na Ação Popular (AP) para o ingresso nas fileiras do PCdoB.

Vencido o árduo período do regime militar, sobrevivendo às ciladas e desafios que pôs em risco sua própria vida, Gilse ingressou na legalidade com seu pronunciado entusiasmo para dar organicidade ao Partido, à luta das mulheres e às lutas populares. Foi eleita duas vezes à presidência nacional da União Brasileira de Mulheres, entidade que dirigiu de 1991 a 1997. Sempre ativa e comprometida com o ideal socialista, dedicou seus dias e sua energia à causa que abraçou até os últimos momentos da vida.

Como disse Vaillant-Couturier, fundador da Casa de Cultura da França, “o comunismo é a juventude do mundo e prepara o amanhã que canta”. Citando-o em carta de despedida, Gabriel Peri, um dos maiores intelectuais franceses fuzilado pelos nazistas em fins de dezembro de 1941, escreveu que ele afrontava a morte para preparar esse amanhã que canta.

Nesta singela homenagem que a Fundação Maurício Grabois e a União Brasileira de Mulheres prepararam com a publicação de textos sobre a vida e a militância de Gilse, está um pouco do trabalho desta guerreira que, sem dúvida, muito ajudou na preparação desse amanhã que canta: o advento de uma nova sociedade socialista.

São Paulo, julho 2017

Lúcia Rincón

COORDENADORA NACIONAL DA UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES

Renato Rabelo

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS

Gilse pertenceu a uma geração que deve ser sempre estudada por ter participado de uma das mais dramáticas páginas da história brasileira. Amadureceu com a luta. Cedo compreendeu o valor da teoria revolucionária e do desbravamento de caminhos para a superação da atual sociedade. Conhecer sua história, aprender com seu exemplo e preservar sua memória se traduz em mais força para enfrentarmos as vicissitudes do momento.

Relembrando Gilse, uma que não se dobrou

HAROLDO LIMA*

A morte de Gilse Cosenza faz-nos lembrar aspectos históricos da luta contra a ditadura.

Mineira de família conservadora, a Gilse envereda na política estudantil em um colégio católico de freiras, quando entra na Juventude Estudantil Católica, a JEC, e participa do grêmio estudantil. Tinha 16 anos. Estava em curso a campanha pelas “reformas de base” do governo João Goulart. Logo que entrou na PUC em 1964, veio o golpe militar.

Gilse, de imediato, sentiu a necessidade de resistir ao golpe. Torna-se uma líder estudantil e entra para a Ação Popular, a AP. Foi eleita presidente de Diretório em escola da PUC-MG e em 1966 foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Por essa época já travava abertamente a luta contra a ditadura, pois a AP se empenhou nessa luta desde o primeiro dia da instalação da ditadura.

O movimento estudantil brasileiro nunca se deixou levar pela cantilena da ditadura que o tentou cooptar. Quando os militares quiseram criar o Diretório Nacional dos Estudantes, o movimento estudantil disse não, ficou com a UNE, perseguida, posta na ilegalidade, mas em luta.

Nisso foi grande o papel que teve a AP. Talvez possa se dizer que o movimento estudantil brasileiro tomou posições antiditatorias desde 1964 por causa da influência que sobre ele tinha a AP, bem mais que qualquer outra organização na época.

Respondendo com radicalização à radicalização da ditadura, a AP orientou suas lideranças perseguidas a entrarem na clandestinidade e irem tra-

balhar com operários ou camponeses, organizando a resistência.

E nessa direção, Gilse e seu companheiro Abel Rodrigues, recém-casados, terminaram numa zona camponesa de Minas, perto de Coronel Fabriciano. Gilse assumiu o nome de guerra de Ceci, e Abel o de Túlio.

Fui visitá-los nessa situação, “integrados junto às massas camponesas”, como dizíamos na época. Eu dirigia a Comissão Nacional Camponesa. Fiquei na casa deles, onde viviam como camponeses. Ceci estava grávida. Era bem quista pelo povo local, tinha liderança junto às mulheres. Lembro-me de que se queixava muito do machismo existente no meio camponês, que era grande. Os dois ficavam animados com as notícias da luta geral que eu transmitia de que a organização da resistência crescia.

Em 1969 Gilse foi presa. Segue-se a rotina dantesca de massacre, torturas atroz, físicas e psicológicas.

Foi a época em que outras quatro companheiras, com a Gilse, iam sendo trucidadas nas masmorras da ditadura, mas resistiram. O jornalista comunista Luiz Manfredini conta a história desse capítulo honroso no livro *As moças de Minas*, que eram cinco: Loreta, Sissi, Gilse, Ludelina e Rosário. Uma página que enaltece as mulheres e o povo brasileiros. A tortura era brutal, o objetivo era o torturado delatar. O prêmio, deixar de sofrer tortura. O resultado: nada de delação.

Quando foi solta, a Gilse reencontra seu companheiro e sua filha e se integra em outra batalha em curso: a incorporação da Ação Popular Marxista-Leninista no antigo e renovado Partido Comunista do Brasil.

Logo após a incorporação da APML ao PCdoB, o Partido cria sua Comissão Nacional de Organização com Pedro Pomar, Sérgio Miranda e eu. Pomar, velho dirigente desde 1935, Miranda, bem mais jovem, mas já do Partido, e eu que estava chegando da AP. Eu era quem conhecia a turma da AP que chegava, eu era quem dava as informações.

Discutíamos como reforçar o trabalho em locais fragilizados; um deles, o Ceará. Em uma de nossas reuniões clandestinas dei a notícia: da turma chegada da AP havia uma dupla do melhor nível: Gilse e Abel. Providências foram tomadas e lá se foi a “dupla do melhor nível”, para o Ceará, ajudar na reorganização do Partido. Gilse assumiria a tarefa da direção principal.

Depois veio a anistia e Gilse, com sotaque mineiro, vira nordestina de coração cearense, e empenha-se, como sempre, nas novas batalhas que se colocam.

Traçoeiro, um câncer lhe pegou e ela fez o que sabia, lutou contra ele. Anos a fio.

Gilse se foi. Fica sua memória, de mulher vibrante, alegre, inteligente, simples, mãe de duas filhas que a honram, mineira e cearense, brasileira de coração, comunista pela vida.

.....

***Haroldo Lima** é membro da Comissão Política Nacional do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Este texto foi reproduzido do portal *Vermelho* (vermelho.org.br)

DEPOIMENTO: Gilse Maria Westin Cosenza

PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA DA COMISSÃO DA ANISTIA

Depoimento de Gilse publicado como capítulo do livro: Repressão e Direito à Resistência – Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi, em coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013. 414 p.

Gilse Maria Westin Cosenza nasceu em 1943 na cidade de Paraguaçu, Minas Gerais. No movimento estudantil, foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP). Na prisão, sofreu torturas físicas, psicológicas e sexuais. Com a integração da AP ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), passou a militar no Partido e foi uma das responsáveis pela sua reconstrução no Ceará. Transferindo-se para São Paulo, assumiu a presidência da União Brasileira de Mulheres (UBM) e dirigiu a Comissão Nacional de Mulheres do PCdoB. De volta a Minas Gerais, foi presidente do PCdoB em Belo Horizonte. Atualmente é membro do Comitê Estadual do PCdoB-MG.

Família conservadora

Meu pai, José Nicodemo Cosenza, era um comerciante extremamente católico, conservador e patriarcal. Para ele, suas filhas deveriam fazer o ginásio e depois o magistério – isso era o máximo que ele admitia. Dar aula para crianças seria, segundo ele, a única profissão aceitável para uma mulher, até se casar e se tornar uma respeitável esposa e mãe.

O fato de não haver ginásio para mulheres em Paraguaçu, minha cidade natal, fez com que eu fosse para o internato no Colégio das Irmãs dos Santos Anjos, em Varginha. O internato era rígido e nos deixava muito presas. E eu sentia que era preciso movimentar as coisas e ir mais adiante.

Minha mãe, Simone Westin Cosenza, professora primária, era o modelo de esposa e mãe tradicional, totalmente submissa ao marido e com 11 filhos. Estava sempre grávida e com uma criança agarrada a ela. Vivia preocupada em não desagradar a meu pai. Eu dizia desde menina que não queria casar nunca. Incomodava-me tremendamente a diferença entre o tratamento dado a meus irmãos mais velhos e a mim, as amarras que me eram impostas.

Iniciando a militância estudantil

Quando eu já estava com 13 anos de idade, surgiu a ideia de se criar a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Umes) de Varginha. Foi a primeira vez que ouvi o nome de uma entidade estudantil.

As freiras permitiram que dois candidatos apresentassem suas propostas no nosso internato. Achei



aquilo entusiasmante. Os estudantes já estavam reivindicando o direito de opinar sobre as aulas, a disciplina no colégio e a criação de canais de diálogo com a direção. Apoiei Clodoaldo, que era o candidato mais avançado. Fiz campanha e até um jingle.

Terminado o ginásio, meu pai queria que eu continuasse interna. Aprontei o maior escândalo e consegui o apoio de minha avó materna que morava em Belo Horizonte. Fui para lá, passei no concurso de seleção do Instituto de Educação e continuei vivendo com minha avó.

Ao entrar para o Instituto de Educação, achei tudo maravilhoso e comecei a me mexer. Conheci imediatamente Helena Paixão, que era dirigente da JEC naquela escola e me convidou para entrar na organização. Eu desconfiei: achava que aquilo era para ser freira, ser “filha de Maria”. Mas ela me convenceu que não. Disse que a JEC era para cuidar das pessoas, para brigar pelas questões sociais. Helena dizia que Cristo não queria justiça só para depois da morte, mas para ser usufruída em vida e que a organização queria mobilizar os estudantes com esse objetivo. Então, entrei para a JEC e imediatamente criamos o grêmio estudantil, do qual fui diretora. Isso tudo aconteceu nos primeiros anos da década de 1960. Naquele momento, começava a luta pelas reformas de base.

A crise da legalidade, quando os militares tentaram impedir a posse de Jango em 1961, nem chegou até nós no colégio. A primeira luta mesmo foi pelo acesso à educação. A partir disso, as discussões foram se ampliando. Começamos a perceber a ligação da questão da educação com a luta pela reforma agrária, contra o imperialismo, pela independência do Brasil, pelos direitos sociais dos trabalhadores. Criamos um grupo para dar aulas de alfabetiza-

ção nas favelas pelo método Paulo Freire. Aí nosso contato com os problemas sociais aumentou. Percebemos que a luta era maior e envolvia também a urbanização, a saúde, a questão da moradia. Ou seja, passamos pouco a pouco a ter uma visão mais ampla dos problemas de nossa sociedade.

A universidade e o golpe

Terminado o terceiro ano no Instituto de Educação, decidi que faria um curso superior que me colocasse em contato com as questões sociais. Resolvi cursar Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC), assim como outras companheiras da JEC, e fazer da minha profissão um instrumento de luta em benefício do povo.

Meu pai, que então morava em Belo Horizonte, disse que não tinha condições financeiras e que faculdade não era lugar de moça de família. Então, fiz concurso para professora do ensino público e trabalhei por um ano nessa profissão. Ao término desse período, fui falar com ele. “Agora vou fazer vestibular. E se o senhor não quiser que eu faça estando aqui na sua casa, pode deixar que eu vou embora.”. Ele finalmente concordou. Comecei a aprender que, para a mulher, era preciso em primeiro lugar libertar o bolso para depois ter liberdade de cabeça.

As aulas começaram em fevereiro de 1964. A essas alturas eu estava absolutamente enfronhada em tudo o que estava acontecendo no país. Nesse período, já havia ingressado na JUC.

Desde a madrugada do dia 1º de abril de 1964, as rádios anunciavam a “revolução redentora”, ou seja, o golpe militar. Havia tanques nas ruas, aquela confusão toda. Chegamos de manhã à faculdade e começamos a discutir o assunto. Não queríamos assistir às aulas, mas ir para as ruas. Fizemos uma

passeata em direção à Praça Sete, achando que lá poderia haver gente para nos dar armas, o que nos possibilitaria fazer frente aos militares. Estudantes de outros cursos e escolas também se dirigiram ao local pensando a mesma coisa. Mas ali só encontramos o Exército e ninguém para nos dar armas, nem para nos organizar. Então, frustrados, nos perguntamos: “E agora?”.

Resistência organizada

Decidi que era preciso resistir de alguma forma e que a JUC já não me bastava. Enquanto a Ação Popular foi legal, eu não entrei. Na hora em que se tornou clandestina com o golpe, no dia 1º de abril, passei a integrá-la. E novamente Helena Paixão é que me recrutou.

A AP já era hegemônica no movimento estudantil. Existia o partidão, o PCB, e tinha surgido a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), que já considerava o partidão como reformista.

Fazíamos a luta do movimento estudantil da maneira que era possível. Começamos por arranjar mimeógrafos, e organizávamos panfletagens-re-lâmpago nas feiras livres, nas portas das fábricas e nas escolas. Conseguimos o apoio dos frades dominicanos. Um deles nos levava e ficava com o carro ligado nos esperando. Estudávamos tudo antes e agíamos cronometradamente.

Um “monge” na clausura

Um dia fomos panfletar numa tecelagem e a polícia chegou. O frade dirigiu como um louco para tentar escapar. Depois de rodar um bocado sem que a polícia o perdesse de vista, ele acabou indo para o convento dos dominicanos, na Serra.

O prior dos dominicanos, frei Eliseu, arranjou um jeito de o pessoal pular o muro. Mas a polícia estava chegando. Ele jogou um hábito de monge por cima de mim e disse para eu me deitar numa cama na clausura, ficar quieta e em hipótese nenhuma levantar a cabeça.

A polícia chegou procurando por estudantes e o frade disse: “Pode revistar, não tem estudante nenhum aqui”. Quando chegaram à clausura, onde havia uma cortina, perguntaram quem estava ali. Ele disse: “Temos um frade doente e por ordem do papa ninguém pode entrar”. Eles viram que realmente tinha alguém deitado. Eu tremia de medo. Mas, eles desistiram porque frei Eliseu os ameaçou de excomunhão.

Tentativas de desmobilizar os estudantes

Ao mesmo tempo em que fazíamos o movimento legalmente, através dos diretórios acadêmicos, diretórios centrais de estudantes e da União Estadual dos Estudantes (UEE), atuávamos também na luta clandestina. Foi quando se instituiu a Lei Suplicy, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as uniões estaduais. Os militares tentaram acabar com a estrutura do movimento estudantil, e criar uma nova controlada por eles: o Departamento Nacional dos Estudantes. Não aceitamos. Naquele momento, eu já tinha sido eleita vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC-MG pela AP, que lançou o Movimento Contra a Ditadura (MCD).

Em 1967 eu estava no último ano da faculdade, e meu plano era continuar a militância, e já tinha sido convidada para lecionar na PUC. Aceitei, até porque seria bom para influenciar os estudantes. Queria fazer da carreira acadêmica um instru-

mento político. Mas, no final de 1967, começaram a prender pessoas em Belo Horizonte. Nós nos sentíamos vigiados. Então, os meninos me avisaram, pouco antes da formatura, que era para eu sumir. Um dos estudantes de Direito foi informado, através de um advogado que tinha contatos no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), de que lideranças seriam presas. E eu seria uma delas.

Casar para sumir

Diante dessa informação, sumi da casa de meu pai. Só participava das atividades clandestinas e deixei de ir aos lugares onde era esperado que eu fosse. E, evidentemente, não coleei grau. Fui até a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para avisar Abel Rodrigues, meu namorado e companheiro da AP. Ele ficou preocupado que eu sumisse e não nos víssemos mais. Decidimos avisar nossas famílias que desapareceríamos por uns tempos, e o motivo dessa atitude.

Meu pai teve um ataque de asma, dizia que ia morrer de tantos problemas que eu provocava. Ele dizia: “Comunista e foragida da polícia? Não dá, eu não aguento.”. De repente, perguntou: “E o namorado?”. Respondi que ele ia comigo. “Juntos? Não, além de comunista, perseguida pela polícia e amasiada, não dá, eu morro! Sempre fui católico, eu sou temente a Deus.”. Bom, foi aquela confusão e resolvemos nos casar rapidinho. As famílias não aceitavam casamento só no civil, tinha que ser no religioso também.

Marcamos o casamento com um padre progressista na igreja de Santo Antônio. Quando comunicamos isto à minha irmã Gilda e a seu namorado, o Henfil (Henrique de Sousa Filho), ele disse:

“Gente, se é para limpar a barra moral de vocês com a família, vamos nos casar todos juntos. Assim, limpa logo a barra de todo mundo de uma vez.”.

Eu queria casar de minissaia vermelha e Gilda de minissaia azul e foi mais uma confusão. Meu pai resolveu que, se era para casar as duas filhas, alugaria vestidos de renda com caudas e véus enormes. Pronto, começou outra briga. “Tem que casar de branco. Vão pensar que você não é virgem”, disse meu pai. Respondi: “Não sou mesmo”. E ele insistia: “Você é louca! Fala isso e é capaz de alguém acreditar.”. Eu dizia a verdade – que estava tomando pílula, estava transando com Rodrigues –, mas ele não acreditava de jeito nenhum. Houve uma longa negociação, minha avó entrou, até que chegamos a um acordo: meu pai abria mão do comprimento – desde que não fosse micro – e nós abriríamos mão da cor e casaríamos de branco.

Integração na produção

Logo depois do casamento, alugamos um barracão de fundos no bairro Floresta e fomos morar lá. Eu já não estava mais na faculdade e arranjei um trabalho na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem). Rodrigues continuava a ir à faculdade. Mas já não aparecíamos em eventos e manifestações públicas.

Até que um dia eu estava chegando à Febem para trabalhar e lá estava um companheiro da Escola de Direito, que me avisou: “Suma daqui. Decretaram a prisão preventiva de 17 estudantes e você está entre eles”. Na hora em que comuniquei isso a meu pai, ele disse: “Que vergonha. Da lista dos procurados pela polícia tem 16 homens e uma mulher, justamente a minha filha.”. Para ele, ser procurado pela polícia era coisa de marginal.

Imediatamente desmontamos o nosso barracão e saímos. Como eu tinha feito estágio de serviço social na periferia e ajudado a organizar a associação de moradores, entramos em contato com eles e explicamos que estávamos sendo procurados e precisávamos nos esconder. Um dos moradores ofereceu um puxadinho de dois cômodos. “Se vocês quiserem vir para cá, podem vir que nós os protegemos.”.

Naquele lugar não tinha água encanada, não tinha nada. E seu João, o morador que nos ajudou, chamou alguns vizinhos de confiança, explicou a nossa situação e sugeriu que fosse criado um mecanismo para nos proteger. Eles criaram um esquema pelo qual as mulheres, caso vissem entrar alguma pessoa estranha na vizinhança, mandassem uma criança correndo avisar seu João.

Passamos a morar lá, no bairro Gorete, e fomos procurar emprego. Fui à tecelagem Renascença, que estava admitindo aprendizes. Entrei com o meu primeiro nome frio, Márcia, para ser aprendiz de tecelagem. Lá, passei a lutar com as operárias por melhores condições de trabalho. Isso já fazia parte da política de integração à produção. Depois de um tempo, fui admitida e passei a trabalhar na bobinadeira. E então fiquei grávida. Naquela situação, eu me perguntava se era possível ter um filho, mas resolvemos que o teríamos.

Num determinado momento, o chefe da tecelagem começou a me assediar. Chegou num ponto em que ele me disse: “Você vai ter o seu emprego garantido e mais: coloco-te como chefe na bobinadeira. Mas, para isso você tem que ser boazinha.”.

Naquele mesmo período, a repressão descobriu que os estudantes que ela não tinha conseguido pegar tinham ido para as fábricas. Os meninos iam para as indústrias metalúrgicas e as moças

para as duas maiores tecelagens. A polícia começou a aparecer nas portas das fábricas com nossas fotos. Então, juntou o assédio sexual do chefe com a repressão e vimos que era preciso sumir novamente.

Vivendo como camponeses

Achamos que a saída era seguir para o campo. Conversamos com o pessoal da direção da AP, especialmente com Luis Marcos Magalhães Gomes e com Carlos Melgaço. A AP estava começando a organizar o trabalho camponês, e tinha áreas de trabalho em parceria e outras com posseiros que precisavam ser organizadas. Um companheiro que atuava na construção civil e era de origem camponesa se dispôs a voltar para o campo, no município Coronel Fabriciano.

Ele nos apresentou aos meeiros da parceria e começamos a organizar um trabalho com eles. Eu estava com dois meses de gravidez. Arrumamos uma terrinha, mas nem sabíamos o que era uma enxada. Compadre Zé e Comadre Eva nos ajudaram e nos deram uma noção de como deveríamos agir para não chamar a atenção.

Fiquei indignada: no campo, a mulher não podia andar ao lado do marido nas trilhas. Ele ia à frente e a mulher tinha de ir atrás. Apesar disso, tive de aprender a viver como elas e lavar roupa no rio, carregar lata na cabeça, cozinhar no fogão de lenha. À noite, nas rodas de cantoria, os homens ficavam sentados em torno da fogueira, conversando, bebendo uma cachacinha e comendo tira-gosto. As mulheres tinham de ficar na cozinha, fazendo a comida, sem participar das conversas. Aos poucos conseguimos pequenos avanços. Por exemplo: as mulheres passaram a ficar na roda e participar das conversas.

Era necessário fazer amizade com as pessoas e entender como elas eram e como viviam. Rodrigues trabalhava na roça e eu tinha de ir longe levar o almoço dele. Quando eu voltava, depois de ter levado a marmita de Rodrigues, chegava perto de uma casa, entrava, me apresentava e começava a conversar.

Numa dessas casas havia uma criança de poucos meses que era uma ferida só, da cabeça aos pés. Tinha febre e estava cheia de moscas em cima. Eu tinha levado para o campo um livrinho de plantas medicinais, remédios e curativos. Afinal, na roça não havia farmácia nem médico. Cuidei dessa criança, dei banho com pano limpo, fiz curativo com Hipoglós. Fazia isso todos os dias e a criança foi melhorando. Então, os pais da criança passaram a me chamar de comadre Ceci, nome então usado por mim. E espalharam que a “comadre Ceci curava”. Cada vez que alguém melhorava depois que eu atendia, ganhávamos uma galinha, um porco... Passamos a ter um galinheiro e animais para comer. E Rodrigues tinha começado a organizar os camponeses para trabalhar em mutirão, porque assim rendia muito mais. Até então trabalhava cada um sozinho em seu pedacinho de terra. Nosso trabalho fez com que aumentassem o respeito, a amizade e a proteção dos moradores locais em relação a nós.

Gravidez em meio ao AI-5

Estava indo tudo bem até que surgiu o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Em janeiro, recebemos, pelo rádio, um recado codificado para irmos a uma reunião, em Belo Horizonte no mês de fevereiro, que analisaria a nova situação e discutiria como continuar a luta sem sermos presos ou assassinados.

A mensagem codificada funcionava assim: combinávamos em Belo Horizonte, antes de viajar, um código que tinha três partes (nomes de pessoas que ofereciam a música, as músicas e nomes de pessoas a quem eram oferecidas). Usávamos aqueles programas de rádio em que uma pessoa oferece uma música para outra.

Combinávamos uma série de músicas e nomes que mudavam as três partes, com aqueles recados básicos: “Venha para a reunião”, “Saia da área”, “Vai chegar alguém” etc. O local do encontro, dia, horário, senha e identificação já eram também preestabelecidos. Ouvíamos esses programas diariamente, e, num deles, estava o recado.

Em fevereiro de 1969, portanto, fomos até a capital mineira; eu estava com sete meses de gravidez e entrei em trabalho de parto durante a reunião. A bolsa arrebentou e eu corria para o banheiro toda hora. Somente no fim da manhã um companheiro, Carlos Melgaço, estudante de Medicina, achou estranho alguém urinar tanto e percebeu que a bolsa tinha rompido.

A reunião foi interrompida, Loreta Valadares e Solange Nóbrega ficaram cuidando de mim e os meninos foram procurar um médico progressista, aliado, para fazer o parto depressa porque eu estava com a prisão preventiva decretada.

Quando chegamos ao hospital, constatou-se que eu estava grávida de gêmeos. Voltei para o aparelho da organização, pois naquele hospital não tinha vaga e, então, arrumaram um hospital na Lagoinha, e o médico era aliado da AP.

As duas crianças nasceram muito pequenas, com 1,2 kg e foram para a incubadora. Saímos do hospital rapidinho, mas eu ia visitá-las todos os dias.

Uma das crianças sobreviveu apenas 15 dias. Estava muito fraca e acabou morrendo nos meus braços. Juliana também estava muito frágil e ficou um mês na incubadora. Tivemos de arrumar um casal de amigos para me esconder com ela: Ana Tereza e José Afonso. Rodrigues voltou para a roça. Juliana era hospitalizada a todo momento por causa de pneumonia, gastroenterite, hepatite. Por motivo de segurança, mudei para a casa de outro casal de amigos: Corina e Júlio César.

Perseguição e prisão

O dia 17 de junho era aniversário da minha irmã mais nova, Gilvânia, de quem eu era madrinha. Pedi à Corina que ficasse com Juliana para que eu fosse à casa de meus pais dar notícias sobre a neta e parabenizar minha irmãzinha.

Quando eu já estava na casa da minha família, tocou a campainha. Minha mãe tinha uma daquelas portas com grade de ferro e uma parte de vidro. Ela abriu e eram dois agentes do Dops. “Vimos revistar a casa porque acabamos de prender o seu filho, Gildásio, e ele nos deu este endereço.”. A reação de minha mãe foi impressionante: “Gildásio não mora aqui e vocês não vão entrar. Eu não os conheço. Na minha casa não entra nenhum homem desconhecido, só quando o meu marido estiver.”. E os milicos diziam: “Mas nós somos do Dops, da polícia.”. Minha mãe respondeu: “Então, tragam uma autorização do juiz, senão não entra.”. Em seguida, ela bateu a porta de vidro, trancou tudo e ficou vigiando.

Eu estava lá dentro, escutando. Coloquei um lenço na cabeça para esconder o sinal que tenho no pescoço e que era conhecido. Peguei o documento da minha irmã, muito parecida comigo, e

falei: “Mãe, vá ao quarto, reviste tudo e veja se tem qualquer coisa de política. Se tiver, queime, rasgue, jogue na privada e dê descarga. Eu vou embora.”.

Escapuli pulando muros e fui rápido para a casa de Corina. Pedi que ela ficasse um pouco mais com Juliana porque eu precisava avisar o pessoal da AP. Afinal, se Gildásio tinha sido preso o aparelho onde ele estava tinha caído. Fui para a casa de Loreta e Melgaço.

Aparentemente estava tudo bem; parecia que eles estavam cozinhando. Quando entrei, a repressão estava lá. Nosso pessoal tinha caído. Os agentes haviam feito uma operação pente-fino e pegaram mais de 100 pessoas da AP e da igreja. Levaram-me e eu dizia que não sabia de nada; para disfarçar, perguntei se queriam dinheiro. Eles queriam saber o que eu tinha ido fazer lá. Respondi: “Soube que aqui morava uma moça chamada Celeste, que faz roupinha de tricô para neném, e eu tenho um neném, quero encomendar roupinha.”. Foi aquela confusão; os caras começaram a me dar tapas e o lenço acabou caindo. Um dos milicos viu a mancha no meu pescoço e disse: “Essa é a subversiva de tinta, pode levar. Nós a conhecemos, está no arquivo.”.

Prisão, humilhações e dor

Levaram-me para uma sala de aula da Polícia Militar, onde havia um monte de gente sentada nas cadeiras. Na hora em que cheguei à porta, a primeira pessoa que vi foi meu irmão Gildásio, passando frio. Ele estava com um agasalho de tricô todo puído. Quando ele me viu, se abaixou na cadeira e fez um sinal perguntando de minha filha. Fiz outro sinal respondendo que não estava comigo.

Ficamos presos um bocado de tempo. Havia mais de 100 pessoas ali. Eles nos vigiavam até para

ir ao banheiro. Tínhamos de usá-lo de porta aberta. Todas as mulheres que estavam presas menstruaram, e tivemos de pedir a eles que comprassem absorventes. Pegaram o dinheiro das bolsas dos presos e mandaram comprar uma porção de absorventes. Mesmo nessa situação, tínhamos de ir ao banheiro de porta aberta, na frente dos caras de arma na mão. Isso é uma humilhação terrível.

Um dia, pegaram Gildásio e eu e nos levaram ao Colégio Militar. Procuraram nos confrontar, mas a única coisa que admitíamos é que éramos irmãos. E mais nada. Depois eles mandaram os homens para a Penitenciária de Neves e nós para a Penitenciária de Mulheres. Os agentes colocaram Delcy Gonçalves – a Sissi –, Loreta Valadares, Laudelina Carneiro, Maria do Rosário e eu na solitária.

Instauraram um Inquérito Policial Militar (IPM) e aí a tortura começou para valer. O chefe era o tenente-coronel Valdir Teixeira Góes, e o segundo no comando era o capitão Jofre Lacerda, ambos do Exército. Em seguida, chegaram o capitão Jésus, cujo sobrenome não sei, e o sargento Léo Rodrigues, os dois da Polícia Militar. Os quatro eram do nosso IPM.

Logo aprendemos a usar o alfabeto por meio de batidinhas nas paredes das celas e assim procurávamos nos comunicar. A cada hora, eles levavam uma e a outra voltava. Começaram a usar o choque elétrico, a “latinha”, o “telefone” e muitas pancadas. Lembro-me de que levaram Rosário e ela voltou arrasada para a cela, ao lado da minha, chorando e falando trêmula: “Eu não aguento mais levar choque.”.

Tentava me comunicar com a batidinha para ver se conseguia levantar a moral, mas ela não respondia e eu não sabia o que fazer. Então, resolvi

cantar para ver se assim ela escutava. Cantava uma musiquinha da resistência que usávamos e comecei a fazer versos: “Minha vizinha de cela, não tenha medo da dor. Mais vale ser um defunto, que estar vivo e ser traidor.”.

Torturas físicas e psicológicas

Um dia me levaram para a penitenciária de Neves e me fizeram desfilar pelo pátio. De canto de olho vi, lá em cima, os agentes da repressão com um companheiro da AP. Percebi que o colocaram lá para me identificar. Até então, eu só admitira para a polícia minhas posições políticas pela independência do Brasil, pela democracia, pelos direitos do povo, contra a ditadura. E mais nada. Toda essa conversa foi desmontada porque o companheiro confirmou que eu era da AP e que tinha participado comigo de uma reunião de preparação do trabalho camponês.

A partir daí os agentes vieram com maior violência para cima de mim. Eles já tinham me espancado, usado a latinha, o telefone, o choque elétrico e eu não dizia nada. Eles sabiam que eu tinha um bebê e começaram a usar isso para me forçar a falar. Às vezes, me tiravam da solitária, me levavam para o interrogatório e passavam o tempo todo me descrevendo em detalhes o que iam fazer com minha filha. Assim quase me enlouqueciam. Preferia mil vezes estar no choque elétrico ou qualquer outra coisa do que ouvir aquilo. Eu chegava à cela, vomitava de nervoso e chorava como louca por medo de que eles pegassem Juliana.

Um dia me tiraram da cela e me levaram para uma sala na área administrativa, onde tinha uma mesa, uma banheirinha de plástico cor de rosa, dessas de dar banho em neném, cheia de gelo, um cavalete para pau de arara e a maquina de

choque. Algemaram-me numa cadeira, sentada, olhando para aquilo. Depois, disseram: “Pegamos a sua menina e ela já está chegando.”. E ficavam repetindo coisas horríveis para mim: “Sabe o que nós vamos fazer? Vamos botar ela na banheirinha. Quanto tempo ela demora a virar um picolé? Mas você acha que nós vamos deixá-la morrer assim? Não. É muito fácil para uma mãe degenerada, uma puta comunista como você. Nós vamos tirá-la viva. E a gente vai dar choque nos ouvidos dela. Será que derrete ou torra os miolos? E o pau de arara? E o cacetete? Não vamos matar não, isso é pouco. Nós vamos quebrar todos os ossinhos dela, vamos transformá-la num monstrinho e vamos entregá-la na sua mão. Seu castigo por ser uma puta comunista é ficar o resto da vida olhando um monstrinho que ficou assim por culpa sua.”.

Eu estava desesperada; não podia deixar que fizessem isso com minha filha. Pensei: “Quem sabe se eu falasse só uma coisinha?”. Mas depois vi que se fizesse isso eles iam querer mais. Concluí que teria que aguentar. Se eles quiserem matar, vão matar; se quiserem aleijar, vão aleijar. Até porque se eu disser algo, eles vão fazer o mesmo com outras mães e outros filhos. “Se for para morrer, que seja só a minha”, pensava.

No final das contas, comecei a perceber que estava demorando muito para eles fazerem o que diziam. Raciocinei: “Esses caras têm carro, helicópteros... Por que minha filha não chegou ainda?”. Comecei a ter esperanças de que aquilo fosse um blefe, tortura psicológica.

Até que uma hora – não sei quanto tempo eu já tinha passado ali – um deles entrou e começou a falar de novo. Eu gritei: “Ela não chegou nada. Vocês não pegaram coisa nenhuma. Se tivessem pe-

gado, já tinham trazido de carro ou de helicóptero. É mentira de vocês. Não pegaram e não vão pegar. E tem mais: podem me matar. Quando ela tiver 15 anos, ela vai continuar minha luta.”.

E então, ele me espancou, arreventou minha blusa, me chutou, me derrubou da cadeira algemada. E com o ódio dele, eu percebi que estava certa. Nossa, acho que a maior felicidade que eu tive na cadeia foi nessa hora.

Sadismo sem limites

A rotina de torturas continuou. Já havia passado muito tempo desde a minha prisão e eles ainda não tinham conseguido montar o tal do IPM. Por isso, estavam sendo cobrados. Soubemos que o general tinha dado um pito neles, dizendo que eram incompetentes, que estavam sendo vencidos e enrolados por cinco mulherzinhas. Então, tiraram-me de lá e me levaram para o Colégio Militar. Capitão Lacerda falou: “Gilse, sinto muito.”. Ele tentava se fazer de bonzinho. Léo espancava, Lacerda dizia que lembrava a filha que tinha perdido e que não queria que fizessem nada disso comigo, os caras é que eram ruins. E Lacerda continuou: “Olha, Gilse, o coronel já perdeu a paciência com você e eu estou sofrendo muito porque não queria que eles fizessem nada com você. Vão te entregar para o Léo. E o Léo é sádico, é doente. Ele gosta de ver mulher sofrer e se excita com isso.”. Quando eu estava saindo, passei devagar pela Loreta e ela disse: “Caiu a Bahia. Presta depoimento.”. Até então eu não tinha dado nenhum depoimento. “Dê o seu depoimento, admita alguma coisinha para ver se a gente para com isso tudo.”. Então, me levaram.

Léo, Jésus e um desconhecido me vendaram, me levaram para longe e quando me tiraram a

venda percebi que estava num posto policial de estrada. Isso era por volta das 7h da noite. E então começou nova sessão de tortura. Jésus e Léo me mostraram um papel assinado por Góes onde se lia: “Extrair depoimento de Gilse a qualquer custo.”. E disseram: “Ordem do coronel.”.

Começou então uma sessão ininterrupta de tortura. Latinha, espancamento, pau de arara. No pau de arara, o cacete com pontinha nas nádegas e no pé. Choque elétrico na vagina, nos dedos da mão e do pé e por aí afora. Fui ficando arreventada e pensava: “Não posso perder a consciência, a noção do que eu estou fazendo.”. Então, disse que falaria. Eles me tiraram do pau de arara. Exigi: “Mas primeiro, quero minha roupa toda.”. E me vesti. “Agora quero ir ao banheiro.”. “E agora quero um cafezinho e um cigarro, senão não falo.”.

Depois de ter tudo isso, comecei a dizer as mesmas coisas que já tinha falado desde o início. “Sou uma democrata, luto pela independência nacional” e tal. Perguntaram quem eu conhecia e eu disse que não conhecia ninguém. Perceberam a minha enrolação, tiraram minha roupa toda de novo, rasgaram, me colocaram de novo no pau de arara e começaram tudo novamente.

De cabeça para baixo no pau de arara, percebi que havia um basculante que dava para a estrada. No início da noite, tinha barulho de carro passando, depois ficava tudo quieto. Pensei: “Vai começar a clarear e eu tenho que aguentar até lá porque aí começa a passar carro e gente e alguém vai escutar os gritos.”. Minha esperança era o sol.

Quando ouvi o primeiro barulho de um carro passando, disse a eles que falaria. Léo me tirou do pau de arara e eu nem conseguia parar em pé. Jogou-me no chão de cimento; eu estava muito arre-

ventada e mesmo assim ele me violentou. Veio feito louco para cima de mim.

Fiquei lá jogada um bocadinho de tempo e depois eles mandaram que eu me vestisse e prestasse o depoimento. De acordo com o que Loreta tinha dito, admiti que tinha sido da AP quando era estudante, que tinha participado de uma reunião, mas não sabia o endereço, e que quando deixei de ser estudante não participei mais. E eles me perguntavam quem eu conhecia, e eu continuava dizendo não conhecer ninguém. Então, disseram: “Mas você não conhece ninguém? Você é maluca?”. Respondi: “Conheço o meu pai, José Nicodemo Cosenza, minha mãe, Simone Westin Cosenza e meus irmãos.”. Então, falava o nome dos meus dez irmãos. Eles ficavam furiosos.

Prestei o depoimento exatamente como quis: pequenininho, admitindo apenas que eu já tinha sido da AP. Eles começaram a me pressionar, ameaçando me colocar de novo no pau de arara se eu não falasse das outras pessoas que estavam na reunião. Respondi: “Podem me colocar, podem me matar, podem fazer o que quiser. Eu falo de mim, mas me recuso a dizer qualquer nome para não comprometer outras pessoas.”. Isso está lá no depoimento.

Nesse momento, já tinha clareado e eles não podiam me colocar de volta no pau de arara ali. Eu tinha calculado isso. Eles acabaram aceitando esse depoimento e me levaram embora. Então, foram tomando depoimento das outras quatro, também sob tortura.

Presídio de Linhares

Quando chegou setembro, eles nos tiraram da solitária e juntaram as presas políticas das várias organizações – da Corrente Revolucionária de Mi-

nas Gerais (Corrente), do Comando de Libertação Nacional (Colina), da AP –, num lugar da penitenciária. Um dia parou um ônibus com cortinas fechadas, e nos prenderam a todas, uma na outra, com algemas que apertam se puxar. Colocaram todas dentro do veículo e ameaçaram que poderiam nos matar e desovar nossos corpos sem que ninguém pudesse achá-los.

Fomos levadas para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, onde a situação era outra. Góes ficou bravo porque o processo nosso era completamente inconsistente. E voltaram para nos reinquirir no presídio, mas ali era sem tortura.

Os presos políticos estavam nesse lugar, divididos em duas alas, masculina e feminina. Havia mais de 100 homens e cerca de 30 mulheres. Ali já conseguíamos receber visitas da família e dos advogados. Então, começamos a escrever as denúncias de tortura. Pedimos para nossas famílias levarem cigarros Hollywood e que todo mundo que nos visitasse fosse fumando um cigarro da mesma marca. Na hora do encontro com o advogado ou com a família, sentávamos num banco e perto ficava um soldado com uma arma na mão olhando para nós. Escrevíamos as denúncias, enrolávamos, tirávamos o fumo e botávamos o lenço de papel dentro do cigarro. Então, no maço tinha alguns cigarros recheados e quando sentávamos com o advogado ou com algum familiar, acendíamos o cigarro e colocávamos o maço em cima do banco. No momento em que o guarda se distraía, trocávamos os maços. Assim começaram a sair da cadeia as denúncias de tortura.

Na prisão, fiquei sabendo por meio de uma visita de meus pais, que minha filha estava bem. Corina havia levado Juliana para Henriquinho (Henfil) e Gilda no Rio de Janeiro. Foi um alívio.

Na prisão a única luta que podíamos fazer era greve de fome, então fizemos uma para assinar o Jornal do Brasil. Quando ele finalmente chegou, foi uma confusão: todo mundo disputando os cadernos. Eu queria o caderno dos cartoons para ver se Henriquinho ainda desenhava para o jornal. Quando olhei, os quadrinhos estavam lá, não lembro se a Graúna ou o Fradinho estava desenhado, junto com uma menina de cabelo encaracolado. E um deles dizia assim: “Juliana, chega de tomar tanto morango com sorvete que você vai ter uma caga-neira.”. Na hora que vi aquilo, saí pulando pelo corredor. Henriquinho fazia isso: mandava mensagens para mim e para Gildásio por meio de charges.

Julgamento e soltura

No fim do primeiro semestre de 1970 aconteceu o julgamento do meu primeiro processo sobre o movimento estudantil, no qual me acusavam de ser “estudante profissional”, que agitava e organizava o pessoal para a subversão. Fui levada para a auditoria de Juiz de Fora para julgamento militar. Alegaram que eu era duplamente perigosa por ser inteligente, em função de minhas notas no histórico da faculdade. Meu advogado Afonso Cruz foi extremamente ousado em minha defesa, pegou um depoimento a meu favor de dom Serafim – que sempre foi conservador – e usou o que os próprios militares tinham falado contra mim. Ele disse o seguinte: “Como é que uma estudante profissional, que foi para a universidade para afrontar o governo, só para fazer agitação, tem essas notas? Senhores juízes militares, eu tenho certeza de que os senhores são muito inteligentes, senão não estariam aqui, não teriam a patente que têm. Senhores, a minha constituinte está sendo acusada do crime de ser inteligente. Isso é crime? Se for,

senhores, sejam coerentes. Ou absolvem a minha constituinte ou por inteligência e coerência são obrigados a se condenarem.”. Fui absolvida, mas ainda havia outros dois processos.

Minha saída da prisão foi uma mistura de es-
perteza e sorte. Meus advogados, Afonso Cruz e Carlos Cateb, foram aos milicos pedir minha soltura com base em minha absolvição. O comandante, que controlava tudo o que dizia respeito aos presos políticos, tinha viajado para uma reunião. Estava um substituto, que não controlava absolutamente nada. Os advogados chegaram com tudo certinho, os carimbos dos coronéis, dos generais, mostrando que eu tinha sido absolvida e foi dada a ordem de soltura.

Cateb foi me buscar e me advertiu que no dia seguinte o engano seria descoberto e os militares estariam atrás de mim para me prender novamente. Então, eu precisava “esquecer” de Minas Gerais.

Vivendo escondida em São Paulo

Afonso conseguiu localizar Rodrigues em São Paulo, avisamos à família e fui para lá. Minha mãe me acompanhou até que eu me encontrasse com ele.

Arrumamos uma identidade, um barraco para morar e começamos a trabalhar na periferia de São Paulo. Imediatamente me colocaram para atuar na Comissão de Segurança da direção nacional da AP, ligada diretamente a Aldo Arantes e Péricles de Souza. Rodrigues já estava na Comissão de Segurança. Eu cuidava dos contatos clandestinos, correspondências, e avaliação de pessoas saídas da prisão, ponto de chegada para militantes do Brasil todo, com códigos, escrita invisível, essas coisas. Quando tinha reunião, Rodrigues ia junto para montar a segurança do local e viajava com os dirigentes.

Depois, entramos em contato com Gilda e Henriquinho e eles nos levaram Juliana com quase dois anos de idade. Era para termos tido só Juliana, mas, mesmo usando pílula, engravidei novamente. Naquelas condições de sobrevivência e com riscos de segurança, havia uma pressão para abortar. Cheguei a ir à clínica, mas desisti. Decidimos ter a criança e nasceu Gildinha (nome em agradecimento a Gilda e Henriquinho).

Então, um companheiro da AP nos ensinou a trabalhar com fotografia, nos deu uma aparelhagem de cópia de fotografia e nos ensinou a fazer documentos falsificados para os companheiros. Fazíamos isso em casa. E assim íamos sobrevivendo, trabalhando como fotógrafos, militando e cuidando das crianças.

Nova missão: reconstruir o PCdoB no Ceará

Até que em 1975 – quando já tínhamos entrado no PCdoB junto com o contingente da AP –, Pedro Pomar e Péricles foram conversar conosco sobre a questão da segurança. A repressão estava chegando perto e nós quase fomos presos algumas vezes; tivemos que mudar de casa e de identidade duas vezes. Eles nos propuseram ir para o Ceará, onde o Partido inteiro tinha caído. Lá a repressão não nos conhecia, podíamos criar uma vida legalizada e procurar reconstruir e reorganizar o Partido.

A primeira obrigação nossa era não cair. Fomos para o Ceará no fim de 1975, usando a identidade de Cecília Auxiliadora de Aguiar e Rodrigo Pereira de Souza, fotógrafos. Em São Paulo recebemos três contatos, e um deles era Benedito Bizerril. Foi com ele que começamos a reorganizar o PCdoB. Pomar ficou de voltar ao Ceará assim que pudesse,

para nos atualizar sobre a realidade do Nordeste e a história do Partido na região.

Quando estávamos lá, ainda esperando esta visita durante um ano, eu tinha ido ao centro de Fortaleza, comprei um jornal na banca e lá estava a notícia da Queda da Lapa. Caí sentada: “Nossa senhora. O Pomar foi assassinado pela ditadura!”.

No início, ouvíamos a rádio Pequim e depois passamos para a rádio Tirana. Gravávamos o que era veiculado, transcrevíamos, datilográvamos e rodávamos no mimeógrafo a álcool. Colocávamos as informações do Partido em envelopes (endereços tirados da lista telefônica) e circulávamos pela cidade colocando o material nas caixas de correio. E ao mesmo tempo procurávamos contatos.

A reorganização do PCdoB no Ceará, então, se deu assim: Bené era advogado trabalhista e levou Gomes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e Guerreiro, liderança metalúrgica que se tornou o próximo presidente. Bené também trabalhava com o jornal Mutirão, de onde saíram Messias Pontes, Luiz Carlos Antero e Angélica Monteiro, atuante no Movimento pela Anistia e no movimento comunitário. Conseguimos contato com Lula, estudante de Medicina (hoje deputado estadual), através de quem iniciamos a ação na universidade federal. O contato com Terezinha Braga Monte abriu o caminho para a inserção entre os médicos. Passamos, portanto, a ter presença no movimento democrático, operário, estudantil, de saúde e comunitário. Mais à frente, fundamos o Centro Popular da Mulher, instrumento de luta pelos direitos das mulheres.

Levada por Messias Pontes, fui conhecer Inácio Arruda, hoje senador, numa escadinha, à noite, no escuro, na periferia de Dias Macedo, bairro onde ele morava. Inácio tinha criado uma biblioteca co-

munitária. Fui conversar com ele dizendo que era preciso criar associações de moradores e ampliar o movimento para a cidade e para todo o país, porque precisávamos mudar o Brasil e o caminho era por meio do PCdoB. Assim foi recrutado Inácio Arruda.

Depois da Anistia, Carlos Augusto Diógenes, o Patinhas, voltou para o Ceará e o PCdoB já tinha crescido. Ele foi incorporado à direção do PCdoB do estado. Fizemos conferência, elegemos direção, mas tudo superclandestino. Em 1983 aconteceu o 6º Congresso do PCdoB, separado por regiões. O do Nordeste aconteceu no Ceará e fui eleita para o Comitê Central. O Partido continuou crescendo, avançando mesmo clandestino. Criamos o Comissão pela Legalidade do PCdoB e comecei a aparecer publicamente como coordenadora, já participando das lutas pelas Diretas Já, pela Constituinte e da campanha de Tancredo Neves. Finalmente, em 1985 chegou a festa da legalização do PCdoB, marcando um novo capítulo de nossa história.



Gilse Cosenza, um aço em flor

KERISON LOPES*

A militante comunista Gilse Cosenza faleceu na noite do domingo (28-05-2017) no Hospital Vera Cruz, em Belo Horizonte. Estava com 73 anos e não resistiu à cirurgia para se tratar de um câncer. Há exatos dez anos, Gilse sofreu da mesma doença, mas naquela época uma operação conseguiu extirpar o tumor, que voltou recentemente com mais força. O velório e a cerimônia de cremação ocorreram no dia 29-05, no cemitério Parque da Colina.

Gilse dedicou sua vida inteira à luta por um mundo melhor e mais justo. Começou a se envolver com a política aos 16 anos, quando ingressou num colégio interno de freiras, onde ajudou a criar o grêmio estudantil. Foi quando conheceu a Juventude Estudantil Católica (JEC), um braço da Ação Popular. Sua atuação começou a extrapolar os muros da escola e seguiu pelas favelas da capital mineira trabalhando na alfabetização e politização dos trabalhadores.

Em 1964, passou em primeiro lugar para o curso de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas, onde queria dar continuidade à sua militância estudantil e contato com a população pobre. Sua entrada na universidade coincidiu com a tomada do poder pelos militares e os tempos se tornaram perigosos. Gilse não se acovardou, pelo contrário, intensificou sua militância, fazendo parte do Diretório Acadêmico do seu curso e do Diretório Central dos Estudantes da universidade.

Na luta estudantil contra a ditadura, Gilse conheceu o amor que a acompanhou pelos próximos 20 anos, e com Abel Rodrigues teve suas duas filhas: Juliana e Gilda. Neste período, com a prisão já decretada, o casal passou a viver na clandestinidade e sua primeira filha, Juliana, nasceu em 1968, junto com a instituição do Ato Institucional número 5, que endureceu o comando das forças militares no poder.

Já no ano seguinte, os militares conseguiram executar sua prisão e Gilse foi levada direto para a “solitária”, onde passou a sofrer as piores torturas, com estupros, choques, agressões e torturas psicológicas, quando os militares falavam para Gilse que estavam torturando também sua filha Juliana, que tinha 7 meses de vida.

Criada por Henfil

Felizmente, sua filha estava sendo criada e protegida pela sua irmã Gilda, que era casada com o cartunista Henfil. Gilse teve as primeiras notícias de Juliana quando foi transferida para o presídio em Juiz de Fora e, depois de uma greve de fome, as presas conseguiram ter acesso à informações através de leituras de jornais diários. Nas tirinhas das charges de Henfil no Jornal do Brasil, a militante recebeu em mensagens cifradas as informações que o maior problema de Juliana era comer muito sorvete.



Após sofrer por dois anos as piores torturas e humilhações, Gilse foi libertada e passou a atuar novamente na clandestinidade. Junto com seu companheiro e sua filha foi militar em São Paulo e soube que a Ação Popular estava sendo incorporada ao Partido Comunista do Brasil. Neste período, nasce sua segunda filha, que recebe o nome de Gilda em homenagem à sua irmã.

Passou a integrar a direção do Partido e foi deslocada de São Paulo para o Ceará com a tarefa de organizar os comunistas no Nordeste. Gilse cumpriu tarefa central na organização partidária e mesmo na clandestinidade conseguiu liderar um grande crescimento da ação dos comunistas, principalmente entre a juventude estudantil. Depois, passou a ocupar tarefa central na organização da luta das mulheres, sendo uma das fundadoras e presidenta da União Brasileira de Mulheres.

Volta para Minas

Na década de 1990, mais uma mudança sob a orientação partidária. Chegara a hora de voltar a Minas para liderar a organização dos comunistas na capital mineira, e Gilse passa a ser presidente do PCdoB de Belo Horizonte. Mais uma vez cumpre suas tarefas com brilhantismo e abnegação e conseguiu que a legenda elegeisse dois vereadores e se torna uma das mais influentes na atuação popular.

Após anos de atuação, Gilse começou a enfrentar graves problemas de saúde, vencendo pela primeira vez um câncer que a abalou. Após uma cirurgia no final da década passada, conseguiu significativa melhora, mas as orientações médicas eram de que deveria ter uma vida mais regrada dali para frente. Mas Gilse não se continha e novamente estava já liderando novas ações.

De novo contra o golpe

Nos últimos tempos, se envolvia nas lutas populares e no último ano na luta contra o golpe, o segundo que presenciou na vida. A comunista afirmava que essa etapa era mais difícil, pois a direita avançou num ataque feroz contra os direitos dos trabalhadores.

Mesmo com a saúde debilitada, Gilse estava presente em todas as atividades e passeatas. E quando não estava nas ruas, ficava entrincheirada atrás de um computador fazendo a luta virtual, atividade que a empolgava muito, descobrindo a cada dia as potencialidades que as novas formas de luta possibilitavam.

Gilse só parou de lutar por um mundo mais justo neste domingo, quando a morte venceu sua resistência. Mas seu exemplo de vida inspira novas gerações a continuarem lutando contra as injustiças e arbitrariedades. Sua aparente fragilidade era apenas um disfarce de uma gigante lutadora. Era a expressão de um aço em forma de flor.

.....

***Kerison Lopes** é jornalista, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e membro da direção estadual do PCdoB-MG. Este texto foi reproduzido do portal *Vermelho* (vermelho.org.br)



Gilse, uma das Moças de Minas

LUIZ MANFREDINI*

No livro *As Moças de Minas – Uma história dos anos 60*, de Luiz Manfredini, o autor dedica o capítulo 3 da obra a Gilse Westin Cosenza e à “disposição da moça universitária de classe média em assumir tarefas árduas em meio à pobreza e aos trabalhadores mais sofridos, com a finalidade de fazer a luta contra a ditadura”



CAPÍTULO 3

– COMADRE NENÊ, ISSO É CRUPE! Chama o compadre Soneca e leva já a menina pra cidade senão ela vai morrer!

Levaram, de charrete, a menina que as placas brancas da difteria estavam sufocando. Voltou curada.

Os conhecimentos médicos de Gilse não iam muito além das sumárias bulas de remédios, de algumas informações caseiras e dos conselhos do livro *As plantas curam*, que tivera o cuidado de levar consigo. Eram conhecimentos simplórios, em todo caso suficientes para salvar a vida da filha da comadre Nenê e resolver alguns problemas simples que, para aquele povo pobre e deserdado, representavam verdadeiro tormento e, por vezes, a morte.

Com isso, ganhou notoriedade como uma espécie

de curandeira. Enfermos batiam à sua porta procurando tratamento. Uma vez chamaram-na para cuidar de uma menina com o corpo inteiro tomado por feridas. O cabelo havia caído. Gilse, previdente, trouxera de Belo Horizonte pequeno estojo de medicamentos básicos. Curou a menina com banhos e aplicações de Hipoglós. Foi sofrido. Mexia nas enormes feridas purulentas e corria para a porta, vomitar. Mas curou. E a fama cresceu.

Grávida de seis meses, o voluntariado de padrinhos e madrinhas aumentava dia a dia. Os presentes eram fartos. Galinhas, porcos, cabritos em agradecimento aos préstimos de dona Ceci – nome que Gilse adotara na região.

Apresentara-se, desde o início, como quem houvesse morado no bairro proletário de Goretí, em Belo Horizonte, e, diante da difícil situação de vida, resolvera, com o marido Abel, tentar a sorte no campo. Assim, os campônios não se surpreenderiam com seus conhecimentos, nem com o indisfarçável jeito urbano que, por mais que desejasse, Gilse não conseguia abandonar de todo.



Desde que recebera – e aceitara – a missão de transferir-se para o campo, nunca alimentara dúvida sobre a nova política adotada pela organização. O caminho mais apropriado para realizar a revolução era exatamente o que ela e uma porção de outros companheiros estavam percorrendo: integrar-se com os camponeses, despertar neles a consciência política, persuadi-los a realizar a guerra popular que, finalmente, libertaria o país e criaria vida nova para o povo.

O que, de fato, a atormentava era a verdadeira transmutação que deveria operar para deslocar-se da cidade para o campo. Por vezes sentia-se insegura. Não era fácil cortar os vínculos que a ligavam tão visceralmente à cidade, renunciar a hábitos e costumes cristalizados para tornar-se uma camponesa.

Por isso, a inesperada popularidade, a facilitar em muito sua integração com os camponeses, encheu-a de alegria. Estava radiante, sentia-se vitoriosa.

Isso, de certo modo, aliviava os transtornos da gravidez que, desde o início, não ia bem.

Desde que viajara para a região, nos primeiros dias de outubro de 1968, submetera-se a provas difíceis, a começar pela caminhada de muitos quilômetros do ponto em que desceu do ônibus – e encontrou Abel – entre Coronel Fabriciano e Caratinga, na região de Ipatinga, até o minúsculo povoado que os camponeses denominavam simplesmente de “rua”, em torno do qual se espalhava a área de parceiros em que deveria fixar-se. Caminhada torturante. Chuvas torrenciais enlamearam os caminhos, a muito custo Gilse venciu o barro, volta e meia atola-

va em buracos, sofria ânsias de vômito. Das janelas dos ranchos com os quais de quando em quando cruzavam, surgiam figuras magras e desalinhasdas a espreitar, curiosas, o casal que lutava contra a estrada lamacenta.

Abel, que havia mais de mês chegara na área, já trabalhava como parceiro e havia conseguido uma casa de chão batido, três cômodos, mobiliada com mesa, banquetas, armários, cama e prateleiras que ele próprio construía. Ali Gilse juntou-se ao marido.

No início, a vida no campo foi cheia de surpresas e revelações. Mas logo se tornou monótona, enfadonha, dia após dia numa repetição tediosa e absoluta ausência de novidades. Às cinco da manhã estavam de pé. Abel seguia para o trabalho. Gilse lidava em casa, entretida em buscar água num riacho próximo, lavar roupa, preparar o almoço, fazer limpeza, a rotina implacável de todas as mulheres. Por volta das dez horas, juntava-se às outras e percorria os quase dois quilômetros que separavam a casa do local de trabalho do marido para levar-lhe a marmita. Ali mesmo almoçava para, em seguida, retornar à trabalhadeira doméstica. Cotidiano pesado e embrutecedor. Mas Gilse não tinha como fugir dele, inevitável arcar com essas responsabilidades que só terminavam após as quatro da tarde, quando Abel retornava da roça. Aí, então, dedicavam-se, frequentemente, a percorrer a vizinhança. Era a oportunidade para estreitar relações, atender um caso ou outro de doença, puxar um dedo de prosa, conhecer as pessoas e levantar os problemas.

Quando não tinham compromissos noturnos, colocavam em dia os assuntos políticos, os planos para

a área. À luz de lamparina, passavam horas esquadrinhando a situação da região, os problemas existentes, as formas de atuação e a evolução do trabalho. Preocupavam-se, também, em estudar. De um saco plástico que mantinham guardado entre o colchão e o estrado da cama, retiravam pequeno maço de documentos que discorriam sobre a integração na produção, a luta de massas, a formação do Partido e a guerra popular. Era costume quase diário sintonizar a longínqua rádio Pequim. Acercavam-se do rádio, rodavam lentamente o dial, ouvido pregado no alto-falante, até que, em meio ao chiado, emergia a voz familiar: “Aqui, rádio Pequim” e os acordes da Internacional. Captavam também as emissões em português da rádio Tirana e da BBC, mantendo-se razoavelmente informados do que se passava no Brasil para além da vigilante e severa censura militar.

Ouvir essas emissões infundia ânimo. Muitas vezes Gilse sentia-se aflita. A voz que vinha, tênue e fugidia do outro lado do mundo, trazia apelo irrecusável. Tinha o poder de espantar fantasmas, iluminar o futuro, retemperar o espírito. A lamparina bruxuleava luz mortiça, exalava cheiro forte de querosene. O silêncio era sepulcral, a noite revolvia-se em sombras. Gilse ruminava os problemas da vida, o sacrifício enorme, o trabalho lerdo. Habituada à agilidade da vida urbana e do movimento estudantil, à fulminante radicalização, às respostas rápidas aos apelos das lideranças, custava a acostumar-se à vagareza com que a vida transcorria naquele ponto perdido do campo mineiro. O atraso político, a miséria, a ignorância, o misticismo, a quase paralisia da vida, tudo aquilo por vezes golpeava sua confiança. Abel, integrado aos homens, conseguia,

quando muito, conversar sobre sua proposta de mutirão. Ela, com as mulheres, não avançava além de algumas ideias simples para racionalizar a vida e os aconselhamentos médicos. O tempo passava e quase não se saía do lugar. Era pouco para quem tinha urgência em transformar o mundo.

Gilse remoía esses pensamentos. Mas logo concentrava-se na ideia de que tudo estava previsto. A integração seria por longo tempo. Afinal, desejavam instaurar a guerra popular. Não eram voluntaristas, não acreditavam nas mirabolantes promessas do foco insurrecional que, apesar da recente morte de Guevara nas selvas da Bolívia, estava fascinando boa parte da esquerda brasileira. Aferrava-se a essa convicção: a guerra era necessária, sim, mas conduzida pelo povo consciente. Algo prolongado e duro. Teriam de ter paciência, educar sentimentos, disciplinar impulsos e temperar o espírito.

Em meados de fevereiro de 1969 receberam, em código pelo rádio, a informação que confirmava a reunião de avaliação do trabalho camponês marcada para o dia 26, em Belo Horizonte. Partiram para a capital. Na rodoviária, Gilse postou-se diante de um espelho pela primeira vez nos últimos meses. Assustou-se. Magra, a barriga enorme que mal podia sustentar, o rosto coberto por manchas escuras, os cabelos desalinhados que o próprio Abel costumava aparar, retrato mais que lastimável.

Após o sobressalto, aliviou-se ao lembrar que, dentro em pouco, tudo passaria. Em abril teria a criança ao lado da irmã Gilda, no Rio de Janeiro. Em dois meses, portanto, o suplício chegaria ao fim. Era o que imaginava.

Em fins de 1966, a Ação Popular (AP) começou a pensar no deslocamento de sua ação política dos setores médios urbanos, sobretudo do movimento estudantil – seu espaço tradicional – para o campesinato e o operariado. A proposta de integração na produção teve o efeito de um petardo devastador. Alguns militantes, aturdidos, entraram imediatamente em crise. Outros recusaram, de pronto, a perspectiva que, irremediavelmente, os afastaria das profissões que estavam iniciando ou para as quais se preparavam nas universidades, e da vida assegurada por sua condição de classe média. Outra parte – esta mais vasta – aceitou o desafio até com certa excitação pela possibilidade de atuar junto às classes consideradas mais genuinamente revolucionárias.

Gilse Cosenza contava, então, 23 anos. Em um ano deixaria a universidade. Diplomada assistente social, a questão era: que rumo tomar? De uma coisa tinha certeza: a luta revolucionária a que aderira cedo exigiria dela mais que o bom exercício profissional. Mas exigiria o quê? Futuro incerto, pouco delineado. Gilse conseguia vislumbrar nele uma ideia vaga demais, pouco palpável: a revolução da qual desejava participar. Por isso recebeu, como aceno providencial, a proposta de deslocamento para uma área operária sugerida, em meados de 1967, por um dirigente nacional. Optara pelo serviço social como profissão para melhor alinhar-se à luta do povo. Dentro em pouco, estaria integrada a ele como jamais imaginara. Era difícil conter o entusiasmo.

Havia quase quatro anos ingressara na AP, decisão pouco refletida, de incontida indignação com o recém-desfechado golpe militar.

Gilse prestara o vestibular no início de 1964. Em março, mal as aulas iniciaram, sobreveio o golpe. Os estudantes reagiram, lançaram manifesto, saíram em passeata em defesa da legalidade. Mas o povo estava atônito, sem disposição nem organização para resistir. Na ausência de com quem se unir, os estudantes não tiveram outra alternativa senão bater em retirada de volta às escolas. Mas não renunciaram à ideia de resistir à ditadura que substituíra o governo constitucional deposto pelos militares. Eram jovens, em sua maioria comprometidos com as reformas de base ou, pelo menos, influenciados pelo espírito modernizador, democrático e nacionalista de que eram, em certa medida, portadoras. Insuportável crer que tudo ruína por terra, que o futuro estava liquidado. Era necessário reagir.

No dia 1º de abril, Gilse trocou a Juventude Estudantil Católica (JEC), onde atuara desde os tempos do Instituto de Educação de Belo Horizonte, e a Juventude Universitária Católica (JUC), na qual ingressara logo após a aprovação no vestibular, pela AP, organização política clandestina que lhe pareceu mais eficaz do que os organismos da Ação Católica dentro de um quadro de radicalização.

Os primeiros anos foram duros. A indignação dos estudantes logo esgarçou-se na atmosfera de um país impregnado de ódio. Prisões, torturas, suspensões de direitos políticos, cassações de mandatos parlamentares, perseguições generalizadas, tudo isso disseminava medo e recolhimento.

Ainda assim, grupos mais arrojados mantinham-se dispostos a lutar. Na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, Gilse parti-

cupou ativamente da reorganização do centro acadêmico. O movimento estudantil tentava reerguer-se, mas só em 1966 apresentaria os primeiros indícios de renascimento. A calourada reunira mais de dois mil estudantes em passeata pela avenida Afonso Pena. A repressão perseguiu-os para espancá-los até mesmo no interior da igreja de São José. Em protesto à violência em Minas, a UNE mobilizou estudantes de outras capitais. Eram as “setembradas”. Gilse já era vice-presidente do DCE da UCMG.

Gilse era uma jovem alegre e extrovertida, o oposto de certo estereótipo de militante muito em voga na época, esquisitão, geralmente refratário ao que não fosse política. Já em 1963 prestara concurso e passara a lecionar em escolas do Estado, prosseguia seus estudos de piano, agora no Conservatório de Música de Belo Horizonte, estudava pintura e praticava dança moderna no Minas Tênis Club, e sobretudo não perdia os bailes nos finais de semana.

Essa ávida relação com a vida a acompanhara desde a pequena Paraguaçu, no Sul de Minas, onde nascera em dezembro de 1943, a terceira da vasta prole de 11 filhos do comerciante José Nicodemo Cosenza e Simone, que abandonara o magistério para se casar.

Tanto no Colégio das Irmãs da Providência, em Paraguaçu, onde completou o primário, quanto no Colégio Santos Anjos, em Varginha, onde cursou o ginásio, conseguiu manter desempenho escolar irrepreensível – era conhecida como “a menina do primeiro lugar” – e, ao mesmo tempo, a sequiosa disposição de absorver tudo o que a vida pudesse lhe oferecer.

Desde pequena estudava piano, tomava aulas de pintura e, mais do que tudo, lia, lia muito para decifrar os segredos do mundo. Em princípio avançou sobre a biblioteca do pai e devorou os volumes do Tesouro da juventude, alguns livros religiosos, biografias de vultos eméritos. Depois, graças à falsificação da assinatura de Nicodemo, teve acesso à biblioteca do Ideal Club, mais farta e diversificada. Lia de madrugada os livros vetados pelo índice paterno, sob a luz da Lua que bordejava a janela onde permanecia dependurada horas a fio.

José Nicodemo era dono da melhor loja de Paraguaçu e, junto com os cafeicultores e os proprietários da tecelagem, compunha a próspera e respeitável elite da cidade. Era profundamente católico e muito conservador. Chefiava com mão de ferro uma família constituída em moldes rígidos, que prontamente reagia à menor ameaça renovadora. Admirava a cultura – ele próprio ostentava formação intelectual razoavelmente vasta – e sempre estimulava nos filhos o gosto pela leitura. Quanto às filhas, desejava-as cultas, mas sem que isso rompesse com o papel a elas destinado de boas donas de casa, mães e esposas devotadas, especialmente recatadas e tementes a Deus.

Como não era exatamente este o destino que Gilse imaginava para si, e dada a inflexível intransigência do pai, logo o confronto se estabeleceu.

Ainda assim Gilse devia ao pai alguns pressupostos de vida que lhe valeriam muito no futuro: o valor do trabalho, a condenação do ócio e do parasitismo, a honestidade visceral, o amor à cultura, o senso de justiça que se indignava com os desníveis sociais e,

mais do que tudo, a obrigação de jamais renunciar a seu convencimento pessoal, à sua consciência. Se o pai empregou esses pressupostos para estabelecer uma vida de trabalho e filantropia, a filha gradualmente os radicalizou para sustentar, mais tarde, a opção revolucionária.

Gilse não parecia disposta a renunciar à independência que a muito custo vinha construindo desde a infância em Paraguaçu. Chegou a Belo Horizonte em 1960 para ingressar no Instituto de Educação. O contato com a JEC, à qual logo aderiu, consolidou a ideia de que as injustiças sociais não estavam de acordo com a vontade divina, e aos cristãos cabia transformar o mundo para construir, na Terra, o reino de Deus. O arejado ideário da JEC colocou-a diante da necessidade das reformas políticas para a transformação social.

Gilse, à época, já era independente. Seu comportamento destacava-se na conservadora Belo Horizonte. Não se apartava das arrojadas minissaias, andava na garupa das lambretas dos rapazes. Tudo isso a fazia admirada pelos colegas, que viam nela o ideal que se opunha aos rígidos princípios do arcaico tradicionalismo mineiro que não conseguiam superar. Os meninos a respeitavam, mais assustados que admirados. Um deles, certa feita, confessou: “Gilse, você é uma ótima companheira, mas não é mulher para se casar. Se você fosse a única mulher do mundo, eu seria obrigado a ficar solteiro.”.

A luta pela autonomia custava caro. O pai insurgia-se contra suas roupas, contra o jeito extrovertido que, aos olhos do conservador, significavam imperdoável ruptura com o recato feminino. Detes-

tava seus cabelos compridos e, em 1963, chegou a proibir que ela prestasse vestibular. “Universidade é lugar para homem”, sentenciou Nicodemo, o que a obrigou a lecionar para sustentar, ela própria, seu projeto universitário.

Manter-se independente era contrapor-se à imagem da mãe, submetida à dura subalternidade numa família inflexivelmente patriarcal, tendo que enfrentar 13 gestações e criar 11 filhos, vivendo quase o tempo todo com uma criança na barriga, outra no colo, assoberbada com o trabalho doméstico, tendo problemas financeiros permanentes, dependendo da autorização do marido para tudo, trancada dentro de casa entre fraldas, cueiros e crianças. Tanto pavor causava-lhe a vida da mãe que, apesar de namorar bastante, desde cedo tomara a decisão que imaginava irrecorrível: jamais se casar. O casamento, julgava, a conduziria fatalmente a uma vida semelhante à da mãe e isso lhe provocava calafrios.

Admitiu casar-se apenas quando conheceu Abel, no porão do Convento dos Franciscanos, em Belo Horizonte, durante o 28º Congresso da UNE. O rapaz trocara a ortodoxia conservadora do seminário de dom Sigaud, em Diamantina, pelos ares mais liberais da Faculdade de Economia da UFMG. Foi a serenidade de Abel e seu respeito à independência de Gilse que a fizeram renunciar à ideia do celibato e casar, em janeiro de 1968, numa cerimônia em que também se casaram a irmã Gilda e um amigo de Abel, o Henriquinho, anos mais tarde famoso como Henfil. Casaram, ambas, com um vestido branco de barra acima do joelho, veuzinho miúdo – um escândalo. Menor, no entanto, que as minissaias inicialmente pretendidas.

Quando aceitou seu deslocamento para o trabalho operário, Gilse dividia com Abel uma casinha no bairro da Floresta e estagiava na Febem. Mas ficou encarregada de atuar em outro bairro – Goreti –, para onde logo se mudou, pois a atuação no movimento estudantil lhe valera processo e prisão preventiva. Abandonou o estágio na Febem e ingressou na clandestinidade.

A vida em Goreti garantia-lhe providencial anonimato. Conseguiu ingressar numa turma de aprendizes da tecelagem Renascença. Trabalhava duro em máquinas cujo ponto arrebatava toda hora, em meio a ruído ensurdecedor e à umidade que lhe corroía os ossos. Mas não foi difícil apresentar performance melhor que a das demais operárias.

Tanto que logo foi promovida para a bobinadeira. Teria permanecido na fábrica, não fosse a insistência de um feitor de levá-la para a cama. Deixou a Renascença em agosto de 1968, no instante em que a AP tratava dos deslocamentos para o campo.

.....

***Luiz Manfredini** é jornalista e escritor, colaborou com diversos veículos da imprensa nacional como a revista *IstoÉ* e os jornais *Tribuna do Paraná*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, entre vários outros. Foi militante da Ação Popular (AP) e atualmente integra a direção estadual do PCdoB no Paraná. Este texto foi reproduzido da primeira edição do livro *As Moças de Minas - Uma história dos anos 60* (Editora Alfa Ômega, S. Paulo -1989)

Gilse Cosenza: história viva do PCdoB

Em homenagem à histórica militante do PCdoB, Gilse Westin Cosenza, o *Portal Vermelho* republica uma entrevista feita há seis anos pelo Vermelho/CE quando de sua visita ao Ceará, onde ajudou a reorganizar o Partido desde a década de 1970 e o presidiu até o início dos anos 1990.

Há mais de dez anos distante, Gilse Cosenza volta ao Ceará para rever os amigos e receber justas homenagens alusivas ao Dia Internacional da Mulher. O Vermelho/CE acompanhou a conversa da comunista com dirigentes do PCdoB que trabalham sobre a história do Partido no Ceará. Perseverança, força e determinação são adjetivos desta mineira que acolheu o Ceará no coração.

Leia, a seguir, a íntegra da matéria:

Era noite de terça-feira, dia 22 de março, quando Gilse Cosenza se encontrou com um grupo de dirigentes comunistas na casa do deputado estadual Lula Moraes (PCdoB) para relatar sua trajetória política e sua experiência na reorganização do PCdoB. O objetivo do encontro era documentar a história do Partido Comunista e preparar uma publicação para o futuro, mas o papo foi além. Não tem como não se emocionar com a trajetória desta pequena grande mulher.

A mineira Gilse Cosenza teve a vida marcada pela luta em defesa dos direitos dos brasileiros. Cada passo de sua trajetória traz a marca de dias difíceis e de incontáveis vitórias. Ainda jovem, aos 16

anos, Gilse ingressa num colégio interno de freiras. Lá conhece a Juventude Estudantil Católica (JEC) onde ajudou a criar o grêmio estudantil. A principal atuação do grêmio era mobilizar as alunas na luta pelas reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. “A partir de então, passei a me envolver também com as questões sociais. Passamos a lutar pelo direito à educação pública para todos em Belo Horizonte.”. Na época, segundo Gilse, a capital mineira só contava com duas escolas públicas para o 2º grau (hoje, ensino médio).

O movimento das alunas ampliou o leque de atuação e a mobilização foi feita para que elas dessem aulas para analfabetos. “Íamos às favelas e usávamos o método de Paulo Freire. Com o contato com a realidade dos moradores vindos do campo, ampliamos novamente nosso tema de discussão e passamos a defender, além da Educação, as Reformas Agrária e Urbana”, relembra.

Gilse terminou o 2º grau decidida a fazer um curso superior que a colocasse no centro dos problemas sociais e optou por Serviço Social. Em 1964, foi aprovada em 1º lugar no vestibular da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. “Ca-



loura, chegamos à faculdade no dia 1º de abril, mas a cidade amanheceu diferente. Pelo rádio, soube do golpe militar. Reunimos a turma e decidimos não assistir às aulas naquele dia. Partimos em direção à Praça Sete, (centro de Belo Horizonte), pois consideramos que lá deveria ter mais gente que nos orientasse”, recorda. Em passeata, os alunos do Serviço Social encontraram pelo caminho estudantes de diversos cursos. “A gente não tinha armas, mas tínhamos que descobrir meios de resistir.”.

O ingresso na ação política

Segundo Gilse, foi naquele 1º de abril de 1964 que ela chegou à conclusão de que para enfrentar a repressão não bastava uma ação limitada da juventude católica. “Era preciso entrar numa organização política que pudesse dar conta de enfrentar a ditadura. Foi quando procurei a Ação Popular (AP)”. Com a resistência dos estudantes dentro da legalidade, Gilse foi eleita presidente do Diretório Acadêmico do Serviço Social da PUC-MG. Já militando pela AP, expandiu a ação para outras escolas da PUC, formando um núcleo da organização na universidade. Em 1966, foi eleita vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Foi quando assumiu a luta pública contra a ditadura.

Em 1967, quando já terminava o mandato no DCE, Gilse foi eleita membro da Executiva Nacional de Serviço Social. “Mesmo inserida no movimento estudantil, sempre gostei de estudar. Era destaque pelas ótimas notas. Terminei o curso em 1967 com média 9,5. A ideia era me formar e continuar na militância”. Devido ao bom histórico, foi convidada a ser professora da PUC. “Imaginava estar diante de uma sala de aula com jovens chamando-os

para a luta. Foi quando recebi um aviso de que existia uma lista de lideranças estudantis com nome de pessoas que deveriam ser presas de imediato. E o meu nome estava entre eles. Tive que sair da casa do meu pai escondida, não pude colar grau e comecei a viver na semiclandestinidad.”.

O casamento

Gilse ainda cursava o 3º ano da faculdade quando conheceu, numa passeata, aquele que seria seu companheiro por mais de 20 anos. Após serem perseguidos, um grupo de alunos invadiu a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Na fuga, muitos ficaram machucados. “Dentre eles, um companheiro da AP da Faculdade de Economia, Abel Rodrigues, que estava com uma mão machucada que cuidei. Ficamos um dia e uma noite inteira sitiados lá. Nesta mesma manifestação o então vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Renato Rabelo [atual presidente nacional do PCdoB], estava presente”, relembra. As negociações davam conta de que a repressão permitiria a saída de todas as moças. “Eu fiquei indignada. Discurssei dizendo que foi-se o tempo onde as mulheres ficavam trancadas em torres de cristal. Ou nos deixam empunhar as lanças, junto com os homens, ou também ficaremos aqui. Daqui só sai todo mundo ou ninguém. Consegui reverter a assembleia e os militares garantiram que todos poderiam sair sem ser presos”, recorda.

Após a proximidade com o cuidado do ferimento, Gilse considerou ter encontrado em Rodrigues mais que um simples companheiro. “Achei ele um amor e enquanto a polícia nos sitiava lá fora, viramos namorados na luta.”.

Com a repressão apertando, Gilse avaliou que era hora de sumir. Junto com Abel avaliou que ambos poderiam ser presos logo. “Procuramos meus pais e instaurou-se uma crise familiar. Como a filha mais velha de uma família de classe média, conservadora, patriarcal iria fugir sem casar? Meu pai ainda não admitia que a filha tenha ido parar na universidade, fazer política contra o governo e participar de encontros clandestinos.”. Ao informar aos pais que fugiria de Belo Horizonte com Rodrigues, os pais, chocados, pediram-lhes que se casassem. “Pensamos: casar não custa nada, nem tira pedaço. Encontramos um padre progressista e resolvemos oficializar a união.”.

A irmã Gilda, que namorava Henrique de Souza Filho, o cartunista Henfil, também decidiu se casar. “A gente casa tudo de uma vez. Eu de minissaia vermelha e ela, azul piscina. Foi um escândalo. Nosso pai dizia que o povo ia pensar que não éramos mais virgens. Cedemos a cor e ele o tamanho da saia”, recorda sorridente. A cerimônia aconteceu no dia 13 de janeiro de 1968, em seguida Gilse Westin Cosenza Avelar e Abel Rodrigues Avelar partiram para a clandestinidade.

A clandestinidade

Num primeiro momento, o casal ainda morou em Belo Horizonte e Gilse ainda tentou continuar seu trabalho na antiga Febem. “Pouco tempo depois fui avisada de que havia sido decretada a prisão preventiva de 17 estudantes, inclusive eu. Saí do trabalho, passei na faculdade de Economia e avisei Rodrigues. Ele pegou os livros e disse que sozinha eu não iria. Juntos, fomos para outra favela e passamos a trabalhar numa tecelagem onde conseguimos, por certo tempo, sobreviver e fazer política com as operárias.”.

Pouco tempo depois, recorda Gilse, surgem novos problemas. “Naquele tempo em que ninguém sabia o que era assédio moral, um chefe quis se engraçar comigo e me transferiu para outro setor. Falou que se eu fosse boazinha, seria contratada e passaria a ser a chefe de setor. Ele começou uma perseguição e me criou problemas pois não poderia denunciá-lo já que estava visada pela repressão.”.

Neste período Gilse descobre que está grávida. “Minha situação complica mais ainda. Eu já usava o nome falso de Márcia. A tecelagem passou a ser alvo de investigações, policiais levavam fotos dos perseguidos para as portas das fábricas. Diante disso vimos que já não era mais possível ficar em Belo Horizonte.”.

Com o objetivo de organizar camponeses e trabalhadores rurais, Gilse e Abel trocam novamente de moradia. “Fomos morar perto da cidade mineira Coronel Fabriciano. Mudei de nome novamente e passei a usar Ceci. Tivemos que recomeçar do zero. Aprender a plantar arroz, usar a enxada, viver como eles. Foi um período complicado pois a gente não sabia trabalhar na terra. Além disso, tivemos que conviver com machismo e pensamento retrógrado. Mesmo assim, era preciso conviver e não chamar a atenção”, recorda.

Aos poucos, o casal se adaptou à nova rotina. Ceci lavava roupa no rio e levava comida na roça para o marido. Na volta, visitava as casas das pessoas da vizinhança. Numa dessas visitas, encontrou uma criança prestes a morrer. “Ela estava coberta de feridas, tinha febre e vômitos. Com uma maleta que eu tinha com remédios tipo amostras grátis,

comecei a tratá-la, dar banhos e chás. Em 15 dias, a criança já brincava na rua e a mãe, antes aflita, disse que queria que eu fosse madrinha do próximo filho que tivesse. Foi quando começaram a me chamar de Comadre Ceci.”.

Era dezembro de 1968. Ceci já era respeitada na localidade e conversava com as mulheres sobre a realidade das explorações, saúde e cuidados. “Rodrigues conversava com os maridos sobre a roça e propôs outra forma de trabalhar. Juntos, resolveram trabalhar em forma de mutirão. O trabalho começou a render e ficamos ainda mais queridos na região”, recorda.

A gravidez

O trabalho ia bem, o casal já estava integrado com a comunidade, os sinais da gravidez já apareciam. “Foi em 13 de dezembro de 1968 que decretaram o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Aí a coisa ficou brava e ficamos ainda mais atentos. Em janeiro do ano seguinte, recebemos um recado de que deveríamos ir a Belo Horizonte para uma reunião da AP a fim de discutir como sobreviver ao AI-5. Já era fevereiro e eu estava com sete meses de gravidez. Na reunião clandestina, ia o tempo inteiro ao banheiro e descobrimos que eu tinha entrado em trabalho de parto.”. O imprevisto desarticulou a reunião. Todos foram mobilizados para encontrar um médico progressista que pudesse realizar o parto. “Lembro que uma colega chegou a dizer que era tarefa revolucionária não deixar o bebê nascer antes da chegada de um médico”, recorda rindo.

Gilse foi para um hospital. Ao ser atendida por estudantes de Medicina, notou que eles pareciam preocupados. “Ouvi o comentário de um deles dizendo

que eram duas cabeças. Entrei em pânico porque só aí descobri que estava grávida de gêmeos. No dia seguinte nasceram Juliana e Adriana.”.

As meninas prematuras ficaram internadas na incubadora do hospital e um casal de amigos se prontificou a esconder Gilse. Quinze dias depois, Adriana morreu. “Ela foi enterrada numa caixinha de sapatos. Juliana voltou ainda fraca. Para alimentá-la tinha que pingar leite com conta-gotas. Juliana não abria os olhos e teve várias doenças”, recorda.

Gilse, Abel e Juliana viveram ainda sob o abrigo de outros casais para fugir da polícia. “No dia 17 de junho de 1969, com a repressão violentíssima, era aniversário da minha irmã, Gilvânia. Pensei que seria um bom dia para dar notícias aos meus pais que, desde minha fuga, não tinham contatos comigo. Estava dentro de casa quando bateram na porta anunciando que era da polícia. Minha mãe os atendeu pela porta de vidro. Os policiais anunciaram a prisão do meu irmão Gildásio e disseram que iriam revistar a casa à minha procura. Peguei a identidade da minha irmã, que parecia muito comigo, coloquei um lenço na cabeça e pulei do sobrado até chegar na outra rua.”.

A prisão

Preocupada com a prisão do irmão e com a de outros colegas, Gilse foi até o “aparelho” para informar sobre as baixas. “Lá, fui identificada pela pinta no lado direito do meu pescoço. Levaram-me para a ‘solitária’, onde fiquei três meses sendo torturada. Depois, fiquei junto com outras presas políticas. Levaram-nos para um interrogatório. A intenção era que a gente entregasse mais fugitivos. Achávamos que seríamos mortas neste dia.”.

Gilse recorda a crueldade que os policiais faziam com ela. “Eles descreviam as torturas que faziam com a Juliana, que nesta época deveria estar com seis ou sete meses. Eu entrava em pânico! Quase enlouquecia ao imaginar que ela poderia estar sendo torturada. A única coisa que eu pensava era que precisava enlouquecer rápido”, admite.

Notícias de Juliana

Transferida para uma prisão em Juiz de Fora, Gilse teve acesso a um advogado. “Eles não permitiam muita conversa, mas pelo menos era uma visita. Nesta época, fizemos uma greve de fome para ter direito de assinar um jornal e ter notícias do mundo. Na primeira edição que recebemos, as meninas correram pra ver a primeira página. Pedi para ver a página que tinha os quadrinhos. Queria ver as charges do meu cunhado Henfil. Na hora que abri a charge, vi o desenho de um bebê de cabelo encaracolado. Nas letras, a referência a Juliana. Sabia que ele tinha feito isso pra mim. Só assim soube que ela estava bem. Depois descobri que, desde que fui presa, ele deixava recadinhos com a esperança de que chegassem a mim.”.

A absolvição

Gilse considera ter tido “sorte” para ser absolvida. “Atribuíram a mim vários processos, inclusive no Rio de Janeiro onde nunca fiz nenhuma manifestação. Eles alegavam ser prova de que eu era uma pessoa perigosa, meu currículo. Uma pessoa considerada ‘subversiva’, com inteligência precisa ser condenada, consideravam.”. Para os militares e para a Justiça, o único crime cometido por Gilse era ser inteligente demais. “Meu advogado foi brilhante. Ele falou que concordaria se eu fosse condenada, mas, junto com minha a sentença, pedi-

ria a condenação de todo o júri. Fui absolvida por unanimidade.”. Ainda no julgamento, Gilse viu os familiares, dentre eles, alguém que lhe chamou a atenção. “Juliana estava linda, de macacão azul. Fazia mais de um ano que não a via.”.

Após o julgamento, Gilse foi orientada a sumir novamente. “Meu advogado disse que se eu fosse presa novamente, poderia ser ainda pior. Ele pediu pra eu esquecer que era mineira.”. Em São Paulo, a comunista reencontrou a Abel e Juliana e soube do debate interno na AP sobre a incorporação ao PCdoB. “A orientação era de que eu deveria trabalhar como comerciária na periferia paulista e começar nova vida clandestina.”. Nessa época, Gilse passou a estudar os documentos do PCdoB e posiciona-se favorável ao ingresso no Partido.

O PCdoB

Não demora muito e a AP é incorporada ao PCdoB. Em 1972, Gilse entra para o Partido. Em 1973, completa-se sua incorporação pois ela já militava para o PCdoB em São Paulo.

Em meados de 1976, Gilse e Rodrigues recebem a orientação de irem para o Ceará. Nessa época, o casal já tinha outra filha. Juliana tinha por volta de seis anos e Gilda, a caçula, por volta de três anos e meio.

A orientação do PCdoB era de que eles trocassem novamente de nome, e a tarefa ordenada pela Direção Nacional do Partido de que eles trabalhassem como fotógrafos. “Com a prisão de vários militantes, o PCdoB decidiu que deveríamos vir para o Ceará. Nossos contatos eram Benedito Bizerril e Oswald Barroso.”. As crianças sofriam com a asma. Médicos orienta-

vam que, se fossem morar perto do mar, elas melhorariam. Nova mudança para a família.

Ceará

A chegada não foi tarefa fácil. “A determinação era que a gente não podia ser preso. Da gente dependia a reorganização do Partido. Demore o tempo que demorar, o PCdoB depende de vocês”, alertou-nos Pedro Pomar. Era segundo semestre de 1976. O desafio inicial era a integração, fazer amigos, manter ligação com a vizinhança. “Pomar nos informou que em dezembro viria nos ajudar”. Não deu tempo. Gilse caminhava pela Praça da Lagoinha, no centro de Fortaleza, quando comprou um jornal com notícias nacionais. “Simplesmente desmontei com o jornal na mão. Na capa, o anúncio da chacina na Lapa. Dentre os mortos, Pedro Pomar. Chegamos à conclusão de que tínhamos que descobrir o Ceará por nós mesmos”, relembra.

A morada foi numa casa simples, na Rua Olavo Bilac. As meninas foram matriculadas na escola. Cecília e Rodrigo, os novos codinomes, trabalhavam com fotografia. “Enquanto isso, a gente procurava livros em bibliotecas para conhecer esta linguagem diferente daqui. Parecia que a gente vivia em outro país. É uma cultura completamente diferente”, compara.

A reconstrução do Partido

Com a prisão e a clandestinidade das principais lideranças do PCdoB, Gilse e Rodrigues passaram a ser o núcleo do Partido no Ceará. Do contato com o advogado comunista Benedito Bizerril, renasce a legenda no estado. Até então, toda atividade dos comunistas girava em torno dos familiares de presos políticos, a luta pela anistia e articulação do jornal Mutirão.

O primeiro desafio para recompor o Partido era a tentativa de, minimamente, estabelecer-se. “Acompanhávamos a política do Partido através da Rádio Tirana, da Albânia (então um país socialista), gravávamos e transcrevíamos os textos. Com a ajuda de um mimeógrafo, reproduzíamos para distribuímos clandestinamente. Como não sabíamos para quem enviar, pegamos uma lista telefônica, anotávamos os endereços e fazíamos a distribuição nas caixas de correio”, relembra Gilse.

Benedito Bizerril trouxe contatos dos militantes da época e o grupo passou a direcionar os documentos mimeografados. O trabalho inicial, segundo a comunista, resumia-se a ir para dentro da luta pela anistia e divulgar os documentos do Partido. “Com certa dificuldade, já com um pequeno grupo indicado pelo Benedito, surgem lideranças dos metalúrgicos e ligadas aos direitos dos trabalhadores.”.

Outra iniciativa que movimentou o PCdoB na época foi o jornal Mutirão. Os jornalistas e militantes comunistas Luiz Carlos Antero e Messias Pontes participavam da empreitada. “Apesar da participação de muita gente, politicamente o conteúdo era direcionado ao pensamento do PCdoB, focando na luta pela anistia e pela Constituinte.”.

A força da juventude

Com o crescimento do PCdoB no Ceará, Gilse alertou para a importância da juventude nesta reconstrução. “Sem estudante não dá, tem que ter juventude para dar força ao nosso processo de ampliação. Foi quando nos chegou o contato de um estudante de Medicina que poderia fazer parte do Partido”, recorda. Lula Morais tinha ligação com movimento estudan-

til. Além disso, Rui Frazão, expressiva liderança de Pernambuco e desaparecido político, era seu cunhado. “Marcamos data e hora para conversar. O encontro aconteceu na Praça Coração de Jesus. A partir de então, aconteceram encontros semanais durante cerca de três meses e Lula Moraes passou a ser nosso contato dentro da universidade.”.

O desafio do jovem estudante era distribuir os documentos do PCdoB sem ser preso. “Ele deixou uma pilha de papéis impressos com o Manifesto à Nação sob uma árvore, na cantina e nas salas de aula. Os alunos pegavam o documento e, a partir dele, passavam a discutir o tema. O documento era datado, atual e ninguém sabia quem tinha distribuído. Naquela época, o grande problema era retomar a confiança no Partido. Quando alguém se apresentava, era difícil acreditar. Era uma paranoia”, relembra Gilse.

Pós-Anistia

Em 1979, com a Anistia, o PCdoB passa a crescer ainda mais. A cuidadosa, porém eficaz, ação na Faculdade de Medicina ganha força. Juntos, os acadêmicos visitavam bairros de Fortaleza para oferecer serviços de saúde. O contato inicial era feito com uma liderança do bairro que se encarregava de reunir a comunidade. Enquanto uns atendiam, outros orientavam os moradores e alertavam que esta não era função dos estudantes, mas sim do estado. Para que todos tivessem acesso aos seus direitos, tinham que se organizar. Papicu, Bela Vista e Dias Macedo foram alguns dos bairros atendidos. Desta iniciativa, nasceu a comissão Pró-Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.

Alguns bancários também passam a se integrar ao PCdoB. O Partido foi crescendo, juntando estudan-

tes e organizando bases. “No Ceará era onde o Partido estava mais organizado no país. A gente já tinha influência em várias áreas e atuava em diversas frentes. Estávamos em todo lugar”, recorda Gilse.

Em outubro de 1979, acontece a eleição DCE da UFC. “Luis Carlos Paes [atual presidente do PCdoB/Fortaleza] é eleito presidente e Clodoveu (Veveu) Arruda (atual prefeito de Sobral), vice. O PCdoB coordenava o DCE”, confirma. A criação do jornal Tribuna da Luta Operária, de circulação nacional, coincide com a anistia e a volta dos exilados políticos. “O Partido precisava se organizar novamente e a criação do jornal surge como elemento articulador e protagonista no movimento de juntar os comunistas”, considera Gilse.

Em 1980, o Partido já tinha crescido com ações consolidadas nos movimentos operários, estudantil e comunitário. Com ações na universidade, no Sindicato dos Metalúrgicos e junto aos trabalhadores, chega a hora de lançar candidatura do PCdoB nas eleições. A ideia de concorrer nas eleições de 1982 foi amadurecendo aos poucos. A eleição de Chico Lopes para vereador de Fortaleza coroou todo um processo de reconstrução do PCdoB no Ceará. Atualmente, o Partido Comunista é uma das mais respeitadas legendas do estado, com lideranças destacadas e projetos ousados. Muitas destas conquistas ocorreram graças a Gilse Cosenza, uma mulher que vive muito além de seu tempo e que superou inúmeras e pesadas dificuldades em nome de uma vida mais justa.

.....
De Fortaleza, Carolina Campos

Texto reproduzido do *Portal Vermelho*
(www.vermelho.org.br)



Luto: Cearenses lamentam morte de Gilse

CAROLINA CAMPOS

O sentimento é de tristeza, mas de reafirmação de sua luta e de seu exemplo. Contemporâneos, amigos e até quem não pôde conviver com Gilse Cosenza, lamentaram sua partida. A mineira que adotou o Ceará no coração faleceu no último domingo (28), vítima de complicações de um câncer, doença que nunca tirou-lhe o sorriso nem a convicção de continuar a luta por um país melhor.

Uma das principais responsáveis pela reorganização do PCdoB no Ceará, Gilse, junto com seu companheiro de quase 20 anos, Abel Rodrigues Avelar (atual secretário estadual de Organização), foram designados por Pedro Pomar para virem para cá e aqui ajudar na reestruturação do Partido.

Chegaram em 1976 e, com Benedito Bizerril, iniciaram as tarefas de reconstruir as bases comunistas. O advogado e amigo enalteceu a camarada. “Gilse é uma guerreira, que teve uma vida inteira dedicada à libertação do povo brasileiro e dos oprimidos. Sua participação foi importantíssima na resistência à ditadura militar, desde ainda muito jovem. Foi brutalmente torturada, mas se portou com a bravura de uma heroína, tem forte convicção comunista e é exemplo de luta para todos nós, brasileiros”, afirma.

Benedito recorda a época em quem conheceu Gilse. “Eu era o único nome que ela tinha. Aqui, participamos destes movimentos iniciais de reorganização do Partido, onde fomos, aos poucos, retomando as atividades. Ela certamente foi uma das

principais responsáveis pelo que o PCdoB se transformou e devemos muito à sua capacidade e dedicação. Gilse se vai neste momento de novas ameaças à democracia, mas sua história e seu legado ficam para sempre como lembrança e exemplo de luta em defesa de um Brasil melhor. Cabe a todos nós continuarmos empunhando sua bandeira.”.

Atual membro do Comitê Central do PCdoB, Carlos Augusto Diógenes, o Patinhas, também lamentou a perda da amiga. “Que tristeza nos atinge a notícia do falecimento da guerreira Gilse Cosenza! Minhas condolências ao Rodrigues – seu companheiro durante anos –, a suas queridas filhas, Juliana e Gilda, aos genros, netas e demais familiares. Quando voltei ao Ceará, após a anistia, no início de 1980, um pequeno grupo buscava tenazmente reorganizar o PCdoB. Era liderado por Gilse, que tinha sido, ao lado de seu companheiro Rodrigues, deslocada por Pedro Pomar, em 1975, para reorganizar o Partido no Ceará, desarticulado devido a sucessivas ondas repressivas. A este núcleo fui anexado. Lembro-me bem das reuniões todas as segundas-feiras, às 19h, em sua residência numa pequena vila, próxima à hoje denominada Avenida Jataí. Lá estavam sempre Gilse, Rodrigues e Benedito Bizerril. Logo nos primeiros contatos, chamou-me a atenção o caráter de Gilse: não desanimava diante das dificuldades. Foi assim ao enfrentar seus covardes torturadores, no início da década 1970; foi assim que também enfrentou, durante longos anos,



a luta contra o câncer. Mesmo com a saúde debilitada, nunca deixou de militar no seu Partido. Dava sua contribuição em Belo Horizonte, onde residia. Lembro-me de uma foto de Gilse numa passeata contra o impeachment de Dilma. As vitórias que o PCdoB tem conseguido no Ceará ao longo dos anos devem-se muito ao seu caráter, ao seu exemplo de combatividade e de dedicação no dia a dia com a luta em defesa dos direitos do povo e da causa socialista. Gilse sempre estará presente entre nós!”, ratifica.

O deputado federal Chico Lopes também enalteceu o perfil combativo de Gilse. “Ela foi uma grande dirigente comunista, conseguindo reorganizar o PCdoB no Ceará com muita coragem. Aparentemente frágil, mas com grande capacidade de unificar, ela nos dava rumos naquele período tão difícil qual seriam nossos trabalhos. Incansável, não media esforços para lutar por um país melhor, bandeira que ainda continua sendo nosso sonho. Gilse continuará sendo exemplo, ainda mais nesta dura realidade que ainda atravessamos, quando o Brasil vive um dos piores momentos da sua vida política”, avalia.

A vereadora de Fortaleza, Eliana Gomes, lamentou o falecimento da histórica militante da esquerda e do PCdoB. A parlamentar lembrou que, em 2011, teve a “honra de homenagear Gilse em Sessão Solene na Câmara Municipal de Fortaleza.”. “Gilse tem uma grande e riquíssima história. Foi um exemplo de mulher que ama seu país, que lutou por soberania e justiça social, sendo capaz de sair da sua terra natal, Minas Gerais, para enfrentar um dos períodos mais cruéis vividos pelo Brasil. Gilse Cosenza faz parte da história do Ceará e consolidou a nossa luta no estado. Nossa grande Gilse Westin

Cosenza deixa a vida e entra, definitivamente, para a história. Sigamos seu exemplo, nos inspiremos na sua garra e vivamos sua resistência.”.

Sobre a homenagem prestada na Câmara Municipal, a socióloga Nagyla Drumond recorda. “Conseguimos homenageá-la em vida, aqui no Ceará. Lembro como se fosse agora: eu e Flávio Arruda, à época assessores do mandato da Eliana, no auditório do Comitê Estadual ligando para Gilse e a convidando para vir ao Ceará, para ser homenageada na CMFOR e na Conferência Estadual do PCdoB. Uma mulher imprescindível. Transformou todas as dores de sua vida em ímpeto para continuar lutando. Nunca esmoreceu, nunca”, enaltece.

A secretária estadual de comunicação do PCdoB-CE, Andrea Oliveira, também falou sobre a referência para os militantes do Ceará que é Gilse. “Entrei no Partido no ano em que Gilse estava saindo do Ceará e assim não pude conviver com ela aqui no dia a dia como dirigente partidária. Mas tínhamos e a temos como grande referência do PCdoB no Ceará. Em atos nacionais, quando a encontrávamos, éramos sempre festejadas com carinho. Ela amava essa terra, nossa cultura e foi uma grande construtora da luta feminista no estado. Em 2011, fui uma das homenageadas pela passagem do Dia Internacional da Mulher pela Câmara dos Vereadores, fiquei lisonjeada por ter sido lembrada, mas lembro que na época meu maior orgulho mesmo era estar sendo homenageada no mesmo evento em que se homenageava Gilse. Era ousada e autêntica e muito, muito carinhosa”, recorda com afeto.

O publicitário Flávio Arruda lamentou a partida da comunista, militante e mulher de quem tanto gostava. “Jamais esquecerei sua ternura, sua atenção, sua enorme combatividade. Jamais esquecerei

as madrugadas que passamos a ouvir seus relatos, suas opiniões. Ela que nos tratava como que filhos dela e sempre tinha um sorriso, um beijo e um abraço guardados em sua camaradagem. Se vai uma de nossas heroínas. Heroínas das lutas das mulheres, da juventude e do povo. Gilse morreu. Viva, Gilse!”.

O também publicitário Sousa Júnior recorda o momento marcante em que conviveu com Gilse Cosenza. “Foi seu relato de vida e da tortura sofrida no tempo da ditadura, gravado por mim na casa de Lula Morais, para um documentário. Foi tão triste ouvir aquele relato quanto saber da morte dessa grande guerreira e militante comunista. Gilse sobreviverá para sempre nos corações e mentes de todos e de todas que a conheceram e terá seu nome inscrito definitivamente na história por ter dedicado toda sua vida à construção de um mundo melhor e por um Brasil sem explorados e sem exploradores, um Brasil socialista! Gilse, sempre presente!”.

.....

***Carolina Campos** é jornalista. Este texto foi reproduzido do *Portal Vermelho* (www.vermelho.org.br)

UBM: Gilse Cosenza viverá para sempre em nossos corações

Nota da União Brasileira de Mulheres (UBM)

Gilse Cosenza viverá para sempre em nossos corações

A vida é feita de partidas e chegadas. Nesta noite de 28 de maio de 2017, encerra-se um dos mais belos capítulos da história das mulheres na luta pela democracia no Brasil: nossa grande guerreira Gilse Cosenza faleceu após uma dura luta contra o câncer.

Dia 1º de Abril de 1964 – dia do Golpe Militar no País –, a caloura Gilse, que havia sido aprovada em 1º lugar para Serviço Social na PUC Minas, ingressa na luta contra a repressão. Como líder estudantil, foi presa e torturada. Permaneceu por longo período na clandestinidade, mudou de nome inúmeras vezes e lutou de forma aguerrida pelos direitos da mulher.

Integrante de uma lista de 17 estudantes onde era a única mulher do grupo, foi considerada perigosa pelos militares pelo fato de ser progressista e inteligente. Depois de formada, foi obrigada a fugir e viver na clandestinidade. Mesmo grávida, continuou ativa na militância e, em uma das reuniões, sua bolsa rompeu e foi levada ao Hospital das Clínicas onde descobriu que estava grávida de gêmeas. As companheiras que a acompanhavam conseguiram um médico progressista para fazer o parto, pois ali ela poderia ser descoberta e presa pelo regime militar.

Depois de quinze dias, uma das gêmeas morreu e Gilse ficou apenas com uma das meninas – sua filha Juliana. Quando a pequena completou quatro meses de idade, Gilse foi presa pela ditadura e submetida barbaramente a torturas físicas e psicológicas. Os militares a ameaçavam dizendo que iriam pegar sua filha Juliana e torturá-la caso não colaborasse com os inquéritos. Jamais colaborou. Após todo o sofrimento, conseguiu ser libertada, foi para São Paulo reencontrar o marido e a filha, mas obrigada a continuar na clandestinidade.

Foi, então, convidada a recompor o PCdoB no Ceará, onde permaneceu anos na presidência do Partido no estado. Com a mesma dedicação e disposição de luta, se empenhava na luta feminista. Tivemos a honra de sermos lideradas por ela na presidência da UBM no período de 1991 a 1997.

Gilse suportou cicatrizes, medos e incertezas com coragem e sem se curvar diante da luta. Diante de sucessivos desafios, manteve-se sempre de peito aberto no decorrer da sua existência que, hoje, infelizmente, chegou ao fim. Gilse Cosenza viverá para sempre em nossos corações, iluminando os nossos passos em defesa das mulheres, do Brasil e democracia!

28 de maio de 2017

União Brasileira de Mulheres



GILSE – Bela, Revolucionária e de Luta

LIÈGE ROCHA

No domingo, dia 28, ficamos sabendo do falecimento de nossa querida companheira Gilse Cosenza, o que nos deixou muito triste.

Gilse, companheira militante de longa trajetória, iniciada no movimento estudantil, viveu na clandestinidade, sendo presa e barbaramente torturada, sempre lembrada como uma das valorosas e corajosas “Moças de Minas”

Conheci Gilse, quando ela veio para São Paulo e assumiu a Presidência da UBM-União Brasileira de Mulheres, no Congresso que aconteceu em Guarapari-ES.

Foi durante a sua gestão à frente da UBM, que Gilse articulou a filiação da entidade à FDIM-Federação Democrática Internacional de Mulheres, histórica entidade do movimento feminista mundial, onde atuamos até os nossos dias, integrando o seu Comitê de Direção.

No ano de 1995, juntamente com outras companheiras da UBM (Raquel Guisoni, Mará, Olivia Rangel e Liège Rocha), integrou a delegação brasileira que participou da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela ONU, em Beijing-China. Nessa ocasião, as ubemistas, juntamente com companheiras de Cuba e de outros países, criaram a Rede Feminista Socialista, que voltou a se reunir, em 1997, no Encontro Feminista que aconteceu no Chile.

A trajetória de vida e de luta de Gilse é motivo de orgulho para todas nós comunistas: sua dedicação ao Partido, a responsabilidade com que assumiu todas as atividades que desenvolveu, seja no movimento estudantil, na clandestinidade, na direção do Partido no Ceará e em Minas Gerais, assim como sua atuação à frente da UBM, empenhada na luta pela emancipação das mulheres.

Sua firmeza ideológica, sua garra, alegria e meiguice serão sempre lembradas como marcantes em sua vida e servirão de exemplo sempre para todas(os) nós.

Gilse Cosenza Presente!

.....

Liège Rocha – secretária nacional da Mulher/PCdoB



Gilse era nossa doce revolucionária e um exemplo de militância

LUCIANA SANTOS

A presidenta nacional do PCdoB, Luciana Santos, lamentou a morte de Gilse Cosenza, ocorrida na noite do dia 28 de maio, depois de ter enfrentado prolongado tratamento de câncer. Para Luciana, Gilse era “nossa doce revolucionária” e um exemplo de militância.

Para a dirigente comunista, “Gilse demonstrou fibra, caráter e abnegação em favor da causa da democracia e da construção de uma sociedade mais justa.”. Luciana destacou também a atuação de Gilse em diversas instâncias do PCdoB onde “contribuiu com seu pensamento teórico e firmeza de valores e ideais.”.

Leia a íntegra da nota:

A Doce Revolucionária Gilse Cosenza

Na noite deste domingo (28), recebemos com grande tristeza a notícia do falecimento da dirigente comunista Gilse Cosenza. Nos últimos anos ela enfrentava, com a coragem que era sua marca, um longo tratamento de câncer.

Gilse demonstrou fibra, caráter e abnegação em favor da causa da democracia e da construção de uma sociedade mais justa. Na juventude não se dobrou aos horrores da tortura e da ditadura mi-

litar. Sua militância no movimento estudantil, na luta pela emancipação da mulher e pelos direitos humanos sempre foi destacada e é motivo de honra e orgulho para o nosso Partido.

Gilse foi membro do Comitê Central, do Comitê Estadual do Ceará e do Comitê Estadual de Minas Gerais. Nestes espaços contribuiu com seu pensamento teórico e sua firmeza de valores e ideais.

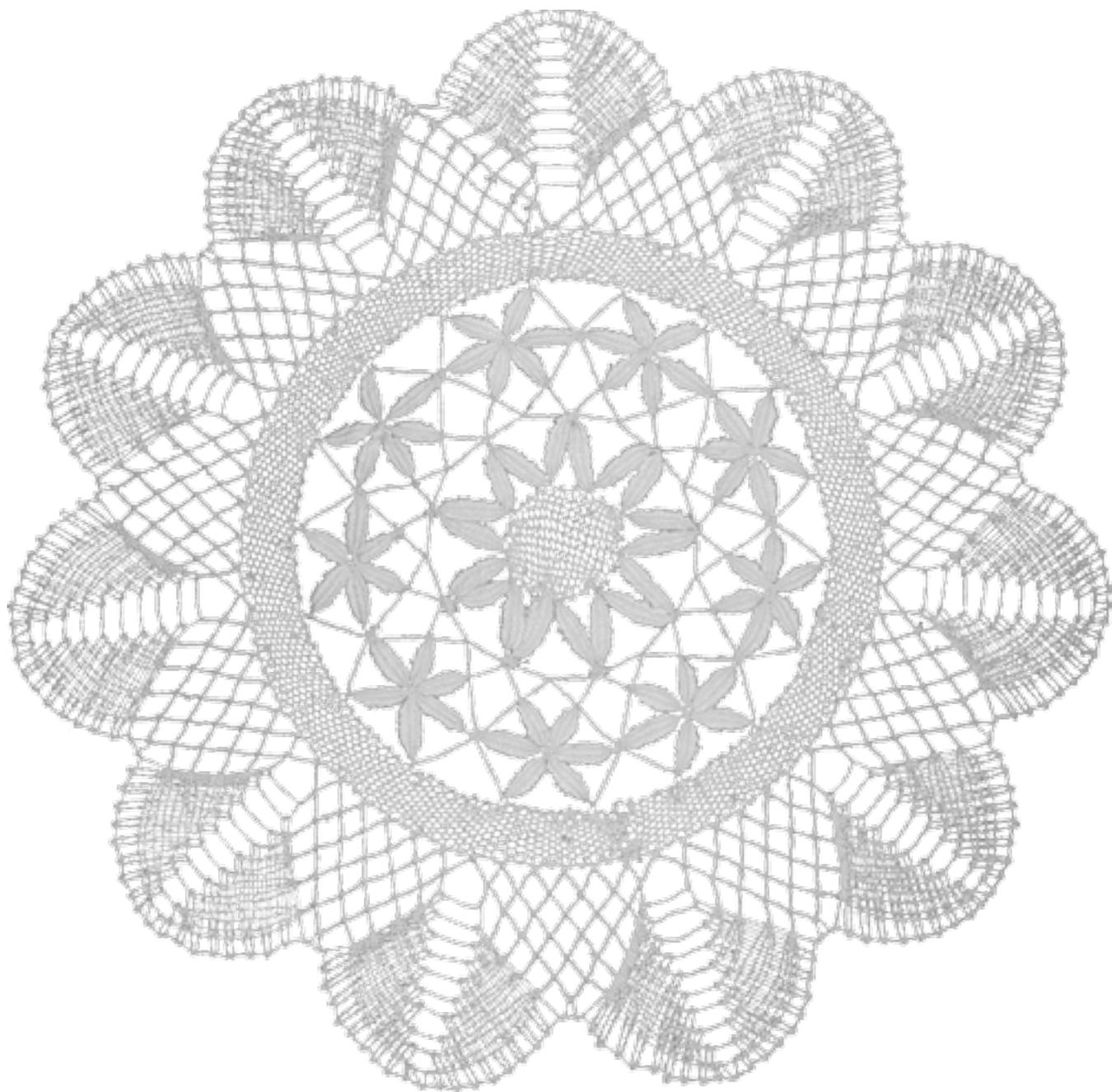
Neste momento de despedida, queremos nos inspirar em seu exemplo de combatividade, de ousadia, de disciplina, e sobretudo de alegria e de esperança num futuro socialista.

Gilse Cosenza, nossa doce revolucionária, Presente!

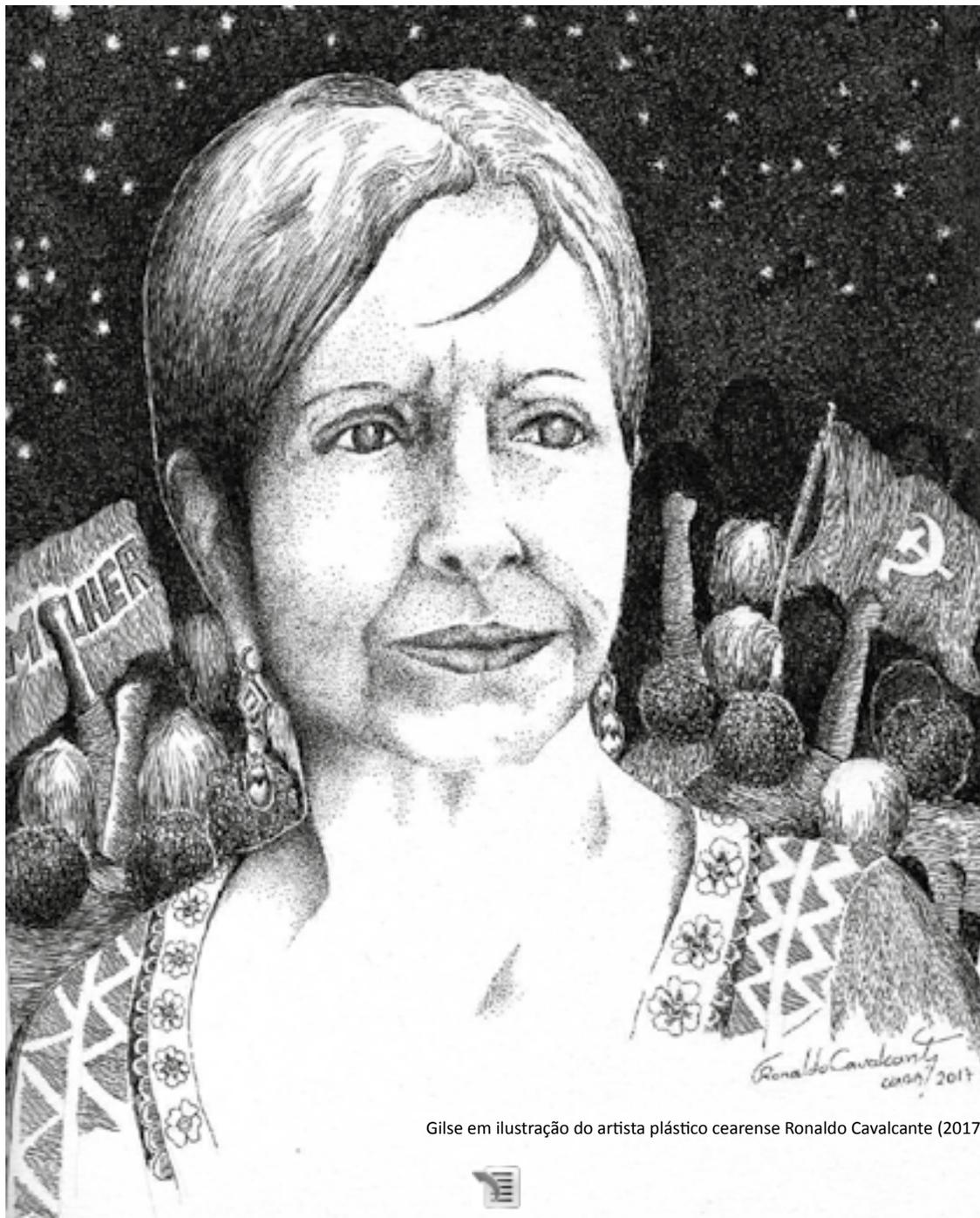
.....

Luciana Santos, presidenta nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)





IMAGENS



Gilse em ilustração do artista plástico cearense Ronaldo Cavalcante (2017)





(A) Gilse aos 19 anos na formatura do Instituto de Educação, onde atuava como militante secundarista e integrante da JEC, acompanhada do namorado (à esq.), do pai, da mãe e de sua tia. (B) Durante a clandestinidade no Ceará, em 1975, (C) em campanha pela anistia, 1979, e (D) fotografando atividade escolar, ainda na clandestinidade, com o nome de Cecília Auxiliadora de Aguiar





Gilse ao lado de João Amazonas (esq.) em Convenção do PCdoB no Ceará, 1987



Gilse no 7º Congresso do PCdoB, 1988



Com Ana Rocha, Olivia Rangel e outras companheiras na inauguração da sede da UBM (São Paulo, 1993) Foto - Leandro Schilipare



Juliana, aos 4 meses, no colo da tia Gilda, irmã de Gilse, que acolheu a sobrinha enquanto a irmã esteve presa



Juliana, à esquerda do tio Henfil, e a irmã mais nova, Gilda



Gilse entre as filhas Juliana (esquerda) e Gilda (direita)



Gilse recebe das mãos da deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) seu certificado de anistia durante ato de abertura da 65ª Caravana da Anistia, 2012. Foto: Carol Lobo



Gilse com o irmão Gildásio Cosenza durante depoimento para a Comissão Nacional da Verdade, no 12º Regime de Infanteria de Belo Horizonte, setembro de 2014

Gilse ao lado de camaradas do PCdoB em recentes manifestações em Belo Horizonte contra o golpe, pelo Fora Temer e por Diretas Já!



Gilse suportou cicatrizes, medos e incertezas com coragem e sem se curvar diante da luta. Diante de sucessivos desafios, manteve-se sempre de peito aberto no decorrer da sua existência que, infelizmente, chegou ao fim. Gilse Cosenza viverá para sempre em nossos corações, iluminando os nossos passos em defesa das mulheres, do Brasil e democracia! (UBM)



Gilse Maria Westin Cosenza (1943-2017) pertenceu a uma geração que deve ser sempre estudada por ter participado de uma das mais dramáticas páginas da história brasileira. Amadureceu com a luta. Cedo compreendeu o valor da teoria revolucionária e do desbravamento de caminhos para a superação da atual sociedade, evoluindo da militância na Ação Popular (AP) para o ingresso nas fileiras do PCdoB.



Conhecer sua história, aprender com seu exemplo e preservar sua memória se traduz em mais força para enfrentarmos as vicissitudes do momento.



Figuras femininas em artesanato cearense e mineiro